CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Relatório e Contas 2011

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**

Índice

3 Órgãos Sociais

4 Relatório do Conselho de Administração

16 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010

22 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010

96 Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

101 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

106 Relatório Sobre o Governo da Sociedade

128 Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	José Filipe de Sousa Meira
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Conselho de Administração	
Presidente	CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A., que nomeou para exercer o cargo em nome próprio, Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
Vogais	Fernando Augusto Ferreira Santos Ana Rita Martins Sambado de Macedo
Conselho Fiscal	
Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto Luis Máximo dos Santos
Suplente	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

1. Relatório do Conselho de Administração

1.1. Relatório do Conselho de Administração

Senhor Acionista

De harmonia com as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CARES – Companhia de Seguros S.A., vem apresentar a V. Exa. o relatório e contas relativo ao exercício do ano 2011.

1.1. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

1.1.1. Economia Internacional

A economia mundial evidenciou, em 2011, um abrandamento do ritmo de crescimento para cerca de 4% (5,1% em 2010), o que decorre, em grande medida, da instabilidade dos mercados financeiros originada pela incerteza relativa às dívidas soberanas de alguns países da área do euro.

De referir, que este abrandamento foi mais pronunciado nas economias avançadas, onde se verificou um aumento do PIB de apenas 1,6% (3,1% no ano anterior), enquanto o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento apresentou um crescimento de 6,4% (7,3% em 2010).

Estes diferentes ritmos de crescimento tender-se-ão a manter num futuro próximo, uma vez que as economias emergentes são, comparativamente, caracterizadas por uma elevada população jovem, por custos salariais e encargos sociais mais reduzidos, pela posse de recursos naturais e por menores níveis de endividamento, condições que deixam antever uma alteração progressiva do equilíbrio económico internacional.

Ao nível da área do euro, que tem estado no epicentro da crise financeira, a atividade económica evidenciou um acréscimo de 1,6%, embora com assimetrias regionais importantes, designadamente entre as economias da Europa central, com destaque para a Alemanha (+2,7%), e os países com elevados níveis de endividamento, em particular Portugal e Grécia.

As taxas Euribor, que constituem a referência para empréstimos a empresas e particulares, mantiveram-se em níveis historicamente baixos, devido à intervenção do Banco Central Europeu, tendo-se, contudo, verificado uma crescente dificuldade de acesso ao crédito, devido à adoção, por parte das entidades bancárias, de políticas mais restritivas na concessão de crédito.

De referir, ainda, que os mercados acionistas evidenciaram um comportamento negativo generalizado, como resultado da, já mencionada, incerteza relativa à divida soberana de alguns países.

1.1.2. Economia Portuguesa

Em 2011, a economia nacional evidenciou um decréscimo de 1,6%, refletindo a contração da procura interna (consumo e investimento) em 5,2%, cujo efeito foi mitigado pelo aumento de 7,3% nas exportações.

Esta contração, e o consequente acentuar da divergência face à média da área do euro, surge, num contexto de correção de desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente ao nível do défice público e da necessidade de financiamento externo, medida pela balança corrente e de capital (cujo saldo se reduziu de -8,9% em 2010 para -6,8% em 2011).

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), evidenciou um valor de 3,6%, em consequência do aumento de preços dos bens energéticos e do acréscimo das taxas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Relativamente à taxa de desemprego verificou-se, em 2011, um aumento da taxa média anual para cerca de 12%, refletindo o agravamento das condições económicas de algumas empresas decorrente do ajustamento dos níveis de consumo, em especial de bens duradouros, e investimento, bem como a perspetiva de um cenário recessivo no âmbito da aplicação das medidas acordadas com as instituições internacionais.

As previsões económicas do Banco de Portugal para 2012 apontam para uma acentuada contração da economia (-3,1%), decorrente da continuação do processo de ajustamento da procura interna (6,5%), cujo efeito, mais uma vez, se espera que seja atenuado pelo aumento das exportações (+4,1%). Esta projeção comporta um conjunto de riscos de predominância descendente, sobretudo no que respeita ao contexto internacional, às medidas de austeridade orçamental, ao resultado imediato das medidas de natureza estrutural em diversas vertentes e às condições de financiamento.

No entanto, e apesar do decréscimo da atividade económica, a inflação deverá atingir 3,2% refletindo, essencialmente, medidas orçamentais, nomeadamente a alteração das tabelas do IVA, o acréscimo de alguns impostos sobre o consumo e o aumento do preço de bens e serviços sujeitos a regulação de preços (Ex: transportes públicos e eletricidade).

1.1.3. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

Em 2011, o mercado segurador nacional apresentou um decréscimo na sua atividade de 28,7%, registando um montante de Prémios de Seguro Direto (incluindo a captação de recursos através de Contratos de Investimento), de 11.648 milhões de euros (cerca de 7% do PIB).

Os ramos Vida, com um volume de prémios de 7.533 milhões de euros, evidenciaram uma redução de 38,1% face ao ano anterior, com origem, essencialmente nos seguros financeiros de capitalização e nos PPR´s, em consequência da quase eliminação de benefícios fiscais nos PPR e da alteração nas políticas de captação de recursos por parte das entidades bancárias.

Neste segmento de mercado, seja pelo montante de prémios de seguro direto, assim como através do montante de ativos sob gestão, constata-se uma redução dos níveis de concentração, refletindo sobretudo a maior intensidade no redirecionamento dos recursos financeiros para produtos eminentemente bancários (ex: depósitos a prazo) por parte dos grupos seguradores mais representativos.

O conjunto dos ramos Não Vida, obteve uma produção de 4.115 milhões de euros, registando um decréscimo de 1,2%, situação decorrente do contexto socioeconómico desfavorável, bem como de níveis de competitividade consideravelmente elevados, em especial nos ramos Automóvel, Acidentes de Trabalho e Transportes, cujo efeito foi minorado pela evolução favorável dos ramos Doença e Riscos Múltiplos.

Como reflexo dos elevados níveis de competitividade, o mercado segurador apresenta, igualmente, uma diminuição dos níveis de concentração nos ramos Não Vida, uma vez que se verifica um reforço da representatividade por parte das seguradoras de média dimensão, tendo as três maiores seguradoras nesta área de negócio tido uma redução da quota conjunta de 0,25%.

1.2. Atividade da Cares

1.2.1. Síntese da Atividade

No ano de 2011 a Companhia registou uma evolução negativa no seu volume de negócios. O montante de prémios adquiridos ascendeu a 38.342 milhares de Euros o que representa um decréscimo da ordem de 17,4% em relação ao ano anterior.

No tocante à sinistralidade foi possível reduzir em 26,5% os Custos com Sinistros (24.701 milhares de Euros). Este resultado está alicerçado no trabalho continuado de controlo de custos com a rede externa de prestadores, não descurando em momento algum a qualidade do serviço a prestar aos Clientes.

A evolução dos Prémios Adquiridos, Custos c/ Sinistros e Resultados Líquidos do Exercício nos três últimos exercícios foi a seguinte:

(Valores em Euros)

Ano	Prémios Adquiridos	Custos c/ Sinistros	Resultados de Exploração
2009	46 798 414	41 288 024	3 247 627
2010	46 415 279	38 247 847	5 305 673
2011	38 341 925	24 701 331	4 509 321

1.3. Atividade Empresarial

1.3.1. Proteção Jurídica

O ano de 2011, relativamente à Proteção Jurídica foi marcado pela reestruturação da área, revelando-se um ano difícil, de adaptação, mas com bons resultados, face à concretização de todos os objetivos propostos.

Em 2011 o nº de processos abertos foi praticamente o mesmo que em 2010 (cerca de 3.200), mas a velocidade de encerramento ligeiramente superior, com a redução do nº de processos em gestão (cerca de 1.650).

Apesar da redução da equipa, conseguiu-se 38% de acordos extrajudiciais (objetivo > 35%) e uma redução do tempo médio para 103 dias. Além da melhoria do desempenho e redução de custos, conseguiu-se sobretudo a satisfação dos interesses dos Clientes, que viram os seus processos resolvidos em menos tempo.

Finalmente, o atendimento telefónico obteve uma taxa de eficácia no valor de 94%, que melhorou em relação ao ano anterior.

1.3.2. Assistência

Assistência em Viagem

Durante o ano de 2011 foram abertos 288.527 processos deste tipo de Assistência. Os aspetos mais relevantes de gestão foram os seguintes:

• Recursos / Recrutamento - não foi efetuado qualquer recrutamento de reforço para o Verão e Natal de 2011. Estes períodos, normalmente caracterizados pelo acréscimo de trabalho, revelaram-se menos complicados que em anos anteriores, em virtude do decréscimo de assistências (menos 61.000 com impacto exclusivo na Assistência em Viagem Nacional) registado no decorrer do corrente ano, o que permitiu a concretização dos objetivos propostos sem recorrer a qualquer reforço de recursos.

• Início do projeto de revisão de todos os procedimentos relativos à Assistência em Viagem Nacional e respetiva descrição disponibilizada na intranet, bem como a publicação de outros procedimentos decorrentes de dúvidas operacionais existentes. Pretende-se em 2012 dar continuidade ao projeto.

• Criação de Manuais de Procedimentos técnicos de Assistência em Viagem Internacional e Médica.

• Desenvolvimento de ações de formação e de reciclagem (para os assistentes do Setor de Assistência) com o intuito de permitir uma melhor organização e sistematização das tarefas a desenvolver por parte dos assistentes.

• Foi solicitada uma maior proatividade ao Grupo Médico por forma a ser este a conduzir os processos de assistência médica acompanhando e gerindo os mesmos e transmitindo instruções claras aos assistentes sobre os procedimentos a seguir.

• Acompanhamento mensal dos objetivos dos assistentes envolvendo os mesmos, Chefe de Equipa e Responsável de Setor, com o objetivo de fomentar o sentimento de pertença ao grupo.

• Melhoria da comunicação entre o Setor de Operações e a Gestão de Rede de Fornecedores, bem como uma melhor articulação entre o Setor de Operações e a Área Comercial e Equipa da Avaliação de Eficácia Interna, nomeadamente através da troca de informações sobre os nossos clientes, esclarecimento de dúvidas sobre as condições de apólice e análise de reclamações.

• Racionalização dos recursos disponíveis de acordo com as necessidades da CARES Seguros interligando os horários do Setor Internacional e Médico com os horários do Setor Nacional.

• No âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade iniciou-se por parte do setor de Operações de Assistência em Viagem o carregamento de eventos de perda no DGRO sendo identificados os processos e mecanismos de controlo dos mesmos.

Assistência Doméstica

Durante o ano de 2011 foram abertos 7.337 processos deste tipo de Assistência, valor em linha com o ano transato. Este tipo de assistência continua registar um peso pouco significativo na atividade de Assistência.

Transporte de Sinistrados (Ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel)

Salienta-se os temas mais relevantes do ano de 2011:

• Aumento significativo de fornecedores com requisições automáticas dos serviços via SMS, com a subsequente redução nos custos relativos a comunicações e recursos humanos.

• Implementação de ferramenta que viabilizou o interface semiautomático entre os aplicativos das Companhias nossas clientes e os aplicativos da CARES Seguros.

1.3.3. Operações

Durante o ano de 2011 a Área de Operações atendeu 675.519 contactos telefónicos, com uma taxa de eficácia de 98,61%. De salientar que 82,7% destes contactos telefónicos foram atendidos até aos 10 segundos.

Gestão de Fornecedores

• Alargamento do Serviço de GPS em rebocadores – O serviço foi alargado aos distritos de Porto e Braga. Este facto permitiu um aumento da qualidade de serviço aos Clientes (tempo de chegada ao local), assim como um maior controlo dos kms percorridos e dos custos apresentados pelos nossos fornecedores.

• Criação de Registo de Avaliação do Fornecedor - Foi desenvolvido um registo na ficha do fornecedor que nos permite acompanhar a sua produção/níveis de serviço.

• Alargamento da Requisição de Serviços GPS – A requisição de serviços por GPS passou a considerar os Pesados, além das motos, ligeiros e furgões.

• Contratação da Rede de Reboques e Táxis em Espanha – Procedeu-se a elaboração de contratos, celebrados com 164 rebocadores e 74 táxis.

1.3.4. Comercial

Da atividade desenvolvida durante o ano de 2011 importa realçar:

• Foi desenhado e implementado um produto próprio para a Galp Energia com início em Janeiro de 2011.

• Em parceria com a Via Directa, foi conquistado o resseguro do Ramo de Proteção Jurídica dos segurados do Continente com início em dezembro de 2011.

• Com início previsto para fins de janeiro de 2012 a Via Directa irá comercializar um produto Multirriscos Habitação, cujo resseguro dos Ramos Assistência e Proteção Jurídica será ressegurado pela Cares.

• Igualmente em parceria com a Fidelidade Mundial e a Império Bonança está em desenvolvimento um novo conceito de produto de Assistência para venda "stand alone", através de diversos canais de distribuição. A fase de implementação decorrerá no primeiro trimestre de 2012 com a designação de Help-A-Home. Neste produto e igualmente nos seguros de Multirriscos Habitação foi integrada uma nova cobertura de Assistência Informática mais abrangente com o recurso a uma nova plataforma tecnológica permitindo a comunicação informática entre os segurados e os serviços técnicos.

• Está em desenvolvimento em cooperação com a Fidelidade Mundial e a Império Bonança um produto de viagens específico para empresas.

1.3.5. Sistemas de Informação

Durante o ano de 2011 os projetos mais relevantes desenvolvidos pela Área de Sistemas de Informação foram os seguintes:

• Desenvolvimento do módulo de cálculo de custos de portagens para o aplicativo interno que permitiu a libertação de centenas de horas de trabalho no controlo deste tipo de despesa.

• Desenvolvimento da plataforma de "Seguros de Viagem" para venda de seguros online pelos nossos Clientes.

• Reestruturação do módulo de faturação que contempla a integração da digitalização das faturas em papel, workflow para validação de faturas e implementação das novas regras de validação de faturas de papel e eletrónicas.

• Alteração de todos os servidores CARES para virtualização de forma a garantir melhor "Recuperação no caso de desastre" e otimização do hardware.

• Reestruturação do processo de carregamento das bases de dados das carteiras automóvel e de multirriscos da Império Bonança, Fidelidade Mundial e Via Directa.

1.3.6. Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Companhia à data de 31 de dezembro de 2011 apresentava a seguinte composição:

Tipo de Contrato	Tempo Inteiro	Tempo Parcial
Contrato s/ Termo	87	19
Contrato a Termo	1	23
Cedidos pela Cares Seguros	-2	-
Subtotais	**86**	**44**
Total		**130**

Formação

Os principais objetivos para o ano de 2011, passavam por aumentar o volume de formação interna e incidir a formação externa nas áreas de Tecnologias de Informação e Línguas Estrangeiras. Os objetivos traçados foram plenamente alcançados:

• 25 Temáticas de formação distintas, 20 asseguradas externamente e 5 internamente;
• 200 Formandos: 125 em formação externa e 75 em formação interna;
• 5.258 Horas de formação: 4.674 em formação externa e 584 em formação interna;
• Cumprimento do número de horas de formação contínua = 31% dos colaboradores;
• Custo médio por formando = 163,19 €;
• Horas médias de formação por formando = 26.

1.3.7. Sistema de Gestão da Qualidade

Em fevereiro de 2011 foi efetuada a primeira auditoria de acompanhamento pela APCER no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, que de acordo com as expectativas internas, confirmou a manutenção da certificação segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008.

1.3.8. Eficácia Interna

Monitorização de Contactos Telefónicos

Para efeitos de avaliação da qualidade e eficácia internas, durante o ano de 2011, foram auditados cerca de 4.000 contactos telefónicos. Com base na informação recolhida, foi dado início a um projeto para a redefinição da grelha de avaliação dos contactos telefónicos, onde será atribuído um maior peso ao aspeto técnico (conhecimento do produto) em detrimento dos aspetos comportamentais.

Reclamações

A prestação do serviço da Cares Seguros foi objeto de 549 reclamações em 2011, uma redução de 48% face a 2010, que tinha registado 1.060 ocorrências. Salienta-se no entanto, que a taxa de reclamações foi no ano corrente de 0,18%, valor não significativo, que atesta a qualidade na prestação do serviço. Das reclamações recebidas, 51% foram aceites, sendo que 40% tiveram acolhimento total e 11% parcial. O motivo mais frequente de reclamação continua a estar relacionado com danos na viatura provocados durante transporte dos veículos (47% aceites ou parcialmente aceites pela Cares).

Em termos de desempenho, houve uma melhoria do tempo médio de resposta (3 dias), comparativamente ao ano de 2010 (4 dias).

Inquéritos de Satisfação

Durante o ano de 2011, os nossos Clientes deram resposta (por escrito) a 2.497 inquéritos de satisfação. Do tratamento dos referidos inquéritos, resulta que os nossos Clientes classificaram como Bom ou Muito Bom o nível de serviço da Cares em:

- 90,4% das situações de Assistência em Viagem;
- 79,0% das situações de Assistência Doméstica;
- 71,4% das situações de Assistência Médica.

Encontra-se em estudo a possibilidade de disponibilizar os inquéritos de satisfação no site da Companhia com vista a aumentar a taxa de resposta dos inquéritos.

1.4. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe ao Senhor Acionista que o Resultado Líquido do Exercício apurado no montante de 4.509.320,74 Euros tenha a seguinte aplicação:

• Reserva legal: 450.932,07 Euros, ficando o remanescente à disposição do Senhor Acionista.

1.5. Agradecimentos

O Conselho de Administração quer deixar expressos os seus agradecimentos:

• Aos Clientes e Fornecedores pelo apoio constantemente recebido;

• Às autoridades de supervisão, em particular o Instituto de Seguros de Portugal, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;

• À Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das empresas de seguros em áreas de interesse comum;

• Ao Acionista pelo apoio concedido ao longo do exercício;

• Aos elementos da Mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;

• A todos os colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para o desenvolvimento da Companhia.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Relação dos acionistas que em 31.12.2011 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social (Artigo 448, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	1 500 000 ações

Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31.12.2011 (Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais):

Nenhuma

2. Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2011

Balanços em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2011 Valor Bruto	31/12/2011 Imparidade/ depreciações ou ajustamentos	31/12/2011 Valor Líquido	31/12/2010
	ATIVO				
7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 289 074		7 289 074	9 717 017
6	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	521 263		521 263	429 386
	Ativos financeiros detidos para negociação	-		-	-
5	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	326 324		326 324	390 592
	Derivados de cobertura	-		-	-
5	Ativos disponíveis para venda	46 197 961	(47 229)	46 150 732	31 880 784
	Empréstimos e contas a receber				
5	Depósitos junto de empresas cedentes	2 940		2 940	1 144 367
	Outros depósitos	-		-	15 098 125
	Empréstimos concedidos	-		-	-
	Contas a receber	-		-	-
	Outros	-		-	-
5	Investimentos a deter até à maturidade	1 615 630	(860 364)	755 266	-
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
8	Terrenos e edifícios de rendimento	640 000	-	640 000	750 000
9	Outros ativos tangíveis	1 006 323	(905 829)	100 494	145 320
	Inventários	-		-	-
	Goodwill	-		-	-
11	Outros ativos intangíveis	216 485	(214 147)	2 338	13 795
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-		-	-
	Provisão para sinistros	-		-	-
	Provisão para participação nos resultados	-		-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-		-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-		-	-
	Outras provisões técnicas	-		-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-		-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
5	Contas a receber por operações de seguro direto	746	-	746	831
5	Contas a receber por outras operações de resseguro	2 507 079	-	2 507 079	3 703 865
5	Contas a receber por outras operações	68 984	-	68 984	83 551
	Ativos por impostos				
21	Ativos por impostos correntes	-		-	-
21	Ativos por impostos diferidos	751 191		751 191	345 124
26	Acréscimos e diferimentos	115 778		115 778	90 048
	Outros elementos do ativo	-		-	-
	TOTAL ATIVO	**61 259 778**	**(2 027 569)**	**59 232 209**	**63 792 805**

Balanços em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2011	31/12/2010
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	16 991 087	19 472 608
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	21 341 172	24 189 265
4	Provisão para participação nos resultados	-	46 544
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
4	Provisão para riscos em curso	1 919	201
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
20	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12 001	32 476
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
5	Contas a pagar por operações de seguro direto	61	67
5	Contas a pagar por outras operações de resseguro	128 884	102 391
5	Contas a pagar por outras operações	262 529	200 503
	Passivos por impostos		
21	Passivos por impostos correntes	2 123 215	1 842 031
21	Passivos por impostos diferidos	23 767	29 726
26	Acréscimos e diferimentos	475 751	551 844
12	Outras provisões	700 953	416 372
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL DO PASSIVO	**42 061 339**	**46 884 028**
	CAPITAL PRÓPRIO		
22	Capital	7 500 000	7 500 000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
23	Reservas de reavaliação		
23	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(888 898)	(784 597)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	2 766	-
23	Reserva por impostos diferidos	262 225	207 918
23	Outras reservas	5 605 028	4 499 355
23	Resultados transitados	180 428	180 428
23	Resultado do exercício	4 509 321	5 305 673
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**17 170 870**	**16 908 777**
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**59 232 209**	**63 792 805**

Conta de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Contas de Ganhos e Perdas	31/12/2011 Técnica Vida	31/12/2011 Técnica Não Vida	31/12/2011 Não Técnica	31/12/2011 Total	31/12/2010 Técnica Não Vida	31/12/2010 Não Técnica	31/12/2010 Total
	Prémios emitidos líquidos de resseguro							
13	Prémios brutos emitidos	-	35 864 639	-	35 864 639	46 452 616		46 452 616
13	Prémios de resseguro cedido	-	(4 000)	-	(4, 000)	-		-
13	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	2 481 286	-	2 481 286	(37 337)		(37 337)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-	-		-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerado para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-			-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro							
	Montantes pagos							
4	Montantes brutos	-	(32 345 956)	-	(32 345 956)	(37 153 350)		(37 153 350)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-		-
	Provisão para sinistros (variação)							
4	Montante bruto	-	3 457 323	-	3 457 323	(1 094 497)		(1 094 497)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-		-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(1 718)	-	(1 718)	1 262		1 262
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-			-
	Montante bruto	-	-	-	-			-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-			-
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	(2 588 708)	-	(2 588 708)	(2 078 988)		(2 078 988)
	Custos e gastos de exploração líquidos							
18	Custos de aquisição	-	(161 695)	-	(161 695)	(188 065)		(188 065)
18	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	235	-	235	(6 711)		(6 711)
	Gastos administrativos	-	(507 272)	-	(507 272)	(556 994)		(556 994)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-	-		-
	Rendimentos							
14	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	1 347 063	86 399	1 433 462	1 034 108	720 028	1 754 136
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-			-
14	Outros	-	26 567	-	26 567	45 650	-	45 650
	Gastos financeiros							
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-			-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-			-
18	Outros	-	(338 378)	-	(338 378)	(23 639)	-	(23 639)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas							
15	De ativos disponíveis para venda	-	(124 302)	-	(124 302)	11 300	-	11 300
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-			-	-		-
	De outros	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas							
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
16	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(10 801)	-	(10 801)	82 972	-	82 972
17	Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
8 e 16	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	(110 000)	-	(110 000)	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversões)							
5 e 16	De ativos disponíveis para venda	-	4 049	-	4 049	(78 049)	-	(78 049)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	(860 364)	-	(860 364)	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-		-	-		-
12	Outras provisões (variação)		-	(93)	(93)	-	(13)	(13)
	Outros rendimentos/gastos			(16 900)	(16 900)		(36 794)	(36 794)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				-			-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	**-**	**6 127 968**	**69 406**	**6 197 374**	**6 410 278**	**683 221**	**7 093 499**
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(2 045 772)	(2 045 772)		(1 766 720)	(1 766 720)
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			357 719	357 719		(21 106)	(21 106)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**-**	**6 127 968**	**(1 618 647)**	**4 509 321**	**6 410 278**	**(1 104 605)**	**5 305 673**

Demonstração de Variações do Capital Próprio nos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515 (Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação: Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Reservas de reavaliação: Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reservas de reavaliação: De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas: Reserva legal	Outras reservas: Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Saldos em 31 de dezembro de 2009	**7 500 000**	**-**	**(522 896)**	**-**	**138 568**	**1 291 674**	**2 310 014**	**330 467**	**3 247 627**	**14 295 454**
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor										
23	de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(261 701)	-	-	-	-	-	-	(261 701)
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	69 350	-	-	-	-	69 350
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	339 858	557 809	(150 039)	(747 627)	1
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 500 000)	(2 500 000)
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	5 305 673	5 305 673
	Saldos em 31 de dezembro de 2010	**7 500 000**	**-**	**(784 597)**	**-**	**207 918**	**1 631 532**	**2 867 823**	**180 428**	**5 305 673**	**16 908 777**
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor										
23	de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(104 301)	-	-	-	-	-	-	(104 301)
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	2 766	-	-	-	-	-	2 766
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	54 307	-	-	-	-	54 307
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	550 000	555 673	-	(1 105 673)	-
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 200 000)	(4 200 000)
	Total das variações do capital próprio	**7 500 000**	**-**	**(888 898)**	**2 766**	**262 225**	**2 181 532**	**3 423 496**	**180 428**	**-**	**12 661 549**
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	4 509 321	4 509 321
	Saldos em 31 de dezembro de 2011	**7 500 000**	**-**	**(888 898)**	**2 766**	**262 225**	**2 181 532**	**3 423 496**	**180 428**	**4 509 321**	**17 170 870**

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515 (Valores em Euros)

	2011	2010
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**4 509 321**	**5 305 673**
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	(104 301)	(261 701)
Imposto diferido	54 307	69 350
Variação em valias cambiais	2 766	-
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	**(47 228)**	**(192 351)**
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	**4 462 093**	**5 113 322**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	4 509 321	5 305 673
Amortizações	86 872	107 567
Variação de provisões	(5 420 065)	1 065 759
Resultados financeiros	(329 871)	(1 792 358)
Ganhos na alienação de imobilizações	-	-
Perdas na alienação de imobilizações	-	-
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	1 211 438	(981 820)
(Aumento)/Diminuição das existências	-	-
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	369 696	(267 982)
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	(37 355)	(6 968)
Aumento/(Diminuição) dos proveitos diferidos	-	-
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	11 625	(1 371)
Aumento/(Diminuição) dos acréscimos de custos	(76 093)	64 351
Aumento/(Diminuição) dos impostos diferidos	(378 193)	21 107
Fluxos das atividades operacionais (1)	**277 582**	**3 513 958**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	1 195 194	(5 995 368)
Imobilizações corpóreas	0	0
Imobilizações incorpóreas		
Empréstimos concedidos		
Subsídios ao investimento		
Juros e proveitos similares	493 621	1 721 724
Dividendos		
	1 688 815	**(4 273 644)**
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	28 017	154 484
Imobilizações incorpóreas	2 572	1 868
Empréstimos concedidos		
	30 589	**156 352**
Fluxos das atividades de investimento (2)	**1 658 226**	**(4 429 996)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Venda de ações (quotas) próprias		
Cobertura de prejuízos		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	163 750	(70 634)
Dividendos	4 200 000	2 500 000
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de ações (quotas) próprias		
	4 363 750	**2 429 366**
Fluxos das atividades de financiamento (3)	**(4 363 750)**	**(2 429 366)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(2 427 942)	(3 345 405)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 717 017	13 062 421
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 289 075	9 717 017

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2011

1. Constituição e Atividade

A CARES – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia ou Cares) foi constituída em 16 de março de 1995 com a denominação social de "Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.", alterada para "CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A." em 31 de março de 1998. Em 23 de abril de 2002, a denominação social foi alterada para a atual.

A Companhia, Pessoa Colectiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar.

A Companhia tem como objeto social o exercício da atividade de seguros nos ramos de Assistência e Proteção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal ("ISP").

Conforme indicado na Nota 22, a Companhia é integralmente detida pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (entidade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos) e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2011 e 2010 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados em Portugal. Nos exercícios de 2011 e 2010 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2011		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		
	Proteção Jurídica	Assistência	Total
Prémios brutos emitidos	4 294 433	31 570 206	35 864 639
Prémios de resseguro cedido	-	(4 000)	(4 000)
Prémios brutos adquiridos	4 914 788	33 431 137	38 345 925
Resultado dos investimentos	57 255	186 310	243 565
Custos com sinistros brutos	(1 600 787)	(27 287 846)	(28 888 633)
Custos de exploração brutos	(80 444)	(588 288)	(668 732)
Participação nos resultados	(1 849 180)	(739 528)	(2 588 708)
Variação da provisão para riscos em curso	(620)	(1 098)	(1 718)
Resultado técnico	**1 441 012**	**4 996 687**	**6 437 699**
Ativos afetos		52 062 758	
Provisões técnicas	9 527 295	28 806 883	38 334 178

(Valores em Euros)

Rubricas	2010		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		
	Proteção Jurídica	Assistência	Total
Prémios brutos emitidos	5 655 233	40 797 383	46 452 616
Prémios brutos adquiridos	5 592 043	40 823 236	46 415 279
Resultado dos investimentos	221 093	851 249	1 072 342
Custos com sinistros brutos	(2 054 659)	(36 193 188)	(38 247 847)
Custos de exploração brutos	(88 723)	(663 047)	(751 770)
Participação nos resultados	(1 415 177)	(663 813)	(2 078 990)
Variação da provisão para riscos em curso	-	1 264	1 264
Resultado técnico	**2 254 577**	**4 155 701**	**6 410 278**
Ativos afetos		54 397 979	
Provisões técnicas	9 588 139	34 120 479	43 708 618

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007 – R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de dezembro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respetivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efetuar as respetivas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afetam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios brutos emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, à parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

Esta provisão é determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite.

As despesas incorridas com a aquisição de contrato de seguro e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

ii) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não participados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à atividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

iv) Provisão para participação nos resultados

A maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevêem uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

b) Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

d) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos

são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

• Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

• Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

– Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

– Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

• Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

• Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

• Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;

• Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;

• Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversões), respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da conta de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos - Outros", quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos em instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros a deter até à maturidade

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a Companhia tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data do balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolso de capital e perdas por imparidade e ajustada pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da conta de ganhos e perdas.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do Grupo onde a Companhia se insere, com base em:

• Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;

• Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

• Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

e) Reclassificação de ativos financeiros entre categorias

A Companhia poderá reclassificar ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade definida da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e capacidade de deter esses ativos financeiros até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas pelo justo valor dos ativos financeiros reclassificados à data da reclassificação. A diferença entre o justo valor e o respetivo valor nominal, bem como a reserva de justo valor à data da reclassificação são reconhecidas escalonadamente na conta de ganhos e perdas até à maturidade, com base no método da taxa efetiva.

h) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1. d) ii), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) ".

São considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível "default" do emitente através da notação do "rating", existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso e apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

• Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;

• Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

Ativos financeiros a deter até a maturidade

Conforme referido na Nota 3.1. d) iv), os ativos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo amortizado.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, o valor de balanço destes ativos é corrigido por contrapartida de "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" na conta de ganhos e perdas.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível "default" do emitente através da notação do "rating" ou existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso que apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados à respetiva taxa efetiva.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração no valor recuperável estimado do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

g) Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações anuais. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

h) Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de "software" utilizado na prossecução das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de "software" são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

i) Férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Adicionalmente, o novo Contrato Coletivo de Trabalho para o setor segurador atribuiu uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de dezembro de 2011, aos empregados que reúnam as seguintes condições: (i) Estejam vinculados ao empregador por contratos de trabalho sem termo; e (ii) Tenham sido admitidos na Companhia antes de 1 de janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na Companhia desde essa data. Esta compensação será paga de uma só vez até 30 de abril de 2012.

Os encargos com férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária foram registados na rubrica "Gastos com pessoal" por contrapartida da rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

j) Prémio de permanência

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o Setor Segurador, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o fato ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Os encargos estimados futuros a incorrer com o prémio de permanência relativos ao tempo decorrido até à data do balanço são registados na rubrica de "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

k) Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2011 e 2010, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como a ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 21).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores. Para além do prémio de permanência (Nota 3.1. j)), existe um outro benefício de longo prazo concedido pela CARES – Companhia de Seguros, S.A. correspondente a prestações a pagar a dois colaboradores ao abrigo de acordos de pré-reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço refere-se ao valor atual atuarial das responsabilidades dos acordos de pré-reforma realizados. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected" e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 20). A taxa de desconto utilizada na atualização atuarial das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas atuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

m) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 3.1 a) i)).

n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros a deter até à maturidade

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos disponíveis para venda e ativos financeiros a deter até à maturidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 3.1. l) acima, as responsabilidades da Companhia por benefícios de pré-reforma acordados com dois colaboradores até aos 65 anos, são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a) acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011						
	Assistência			Proteção Jurídica			Total
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	1 480	14 964 424	14 965 904	290	2 100 626	2 100 916	17 066 820
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) i))	(296)	(66 100)	(66 396)	(58)	(9 279)	(9 337)	(75 733)
	1 184	**14 898 324**	**14 899 508**	**232**	**2 091 347**	**2 091 579**	**16 991 087**
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	19 208	12 792 234	12 811 442	-	4 116 335	4 116 335	16 927 777
. Provisão para IBNR	-	190 434	190 434	-	2 527 661	2 527 661	2 718 095
. Provisão para despesas							
com regularização de sinistros	280	903 920	904 200	-	791 100	791 100	1 695 300
	19 488	**13 886 588**	**13 906 076**	**-**	**7 435 096**	**7 435 096**	**21 341 172**
	20 672	**28 784 912**	**28 805 584**	**232**	**9 526 443**	**9 526 675**	**38 332 259**
Provisão para riscos em curso	1 299	-	1 299	620	-	620	1 919

(Valores em Euros)

	31-12-2010						
	Assistência			Proteção Jurídica			Total
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	1 321	16 825 514	16 826 835	(1)	2 721 270	2 721 269	19 548 104
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) i))	(73)	(64 947)	(65 020)	-	(10 476)	(10 476)	(75 496)
	1 248	**16 760 567**	**16 761 815**	**(1)**	**2 710 794**	**2 710 793**	**19 472 608**
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	42 054	15 656 984	15 699 038	-	4 045 240	4 045 240	19 744 278
. Provisão para IBNR	-	300 362	300 362	-	2 048 805	2 048 805	2 349 167
. Provisão para despesas							
com regularização de sinistros	3 880	1 308 640	1 312 520	-	783 300	783 300	2 095 820
	45 934	**17 265 986**	**17 311 920**	**-**	**6 877 345**	**6 877 345**	**24 189 265**
	47 182	**34 026 553**	**34 073 735**	**(1)**	**9 588 139**	**9 588 138**	**43 661 873**
Provisão para riscos em curso	201	-	201	-	-	-	201

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2011			31-12-2010		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Sinistros declarados						
Do exercício 2011	19	6 949 031	6 949 050	-	-	-
Do exercício 2010	12 838	2 713 699	2 726 537	29 668	9 063 654	9 093 322
Do exercício 2009	6 351	2 388 156	2 394 507	10 955	3 699 753	3 710 708
Do exercício 2008	-	719 252	719 252	647	2 367 450	2 368 097
Do exercício 2007	-	21 505	21 505	-	520 396	520 396
Do exercício 2006	-	(370)	(370)	784	1 631	2 415
Do exercício 2005	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	100	100
Do exercício 2002	-	-	-	-	3 000	3 000
Do exercício 2001	-	961	961	-	1 000	1 000
	19 208	**12 792 234**	**12 811 442**	**42 054**	**15 656 984**	**15 699 038**
Provisão para IBNR						
Do exercício 2011	-	90 919	90 919	-	-	-
Do exercício 2010	-	55 563	55 563	-	95 997	95 997
Do exercício 2009	-	34 084	34 084	-	147 948	147 948
Do exercício 2008	-	9 868	9 868	-	56 597	56 597
Do exercício 2007	-	-	-	-	4	4
Do exercício 2006	-	-	-	-	(184)	(184)
	-	**190 434**	**190 434**	**-**	**300 362**	**300 362**
Provisão para despesas						
de regularização de sinistros						
Do exercício 2011	-	804 940	804 940	-	-	-
Do exercício 2010	240	66 860	67 100	3 700	1 180 320	1 184 020
Do exercício 2009	40	8 580	8 620	160	42 960	43 120
Do exercício 2008	-	9 800	9 800	-	42 040	42 040
Do exercício 2007	-	13 000	13 000	-	41 380	41 380
Do exercício 2006	-	720	720	20	1 840	1 860
Do exercício 2005	-	-	-	-	40	40
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	20	20
Do exercício 2002	-	-	-	-	20	20
Do exercício 2001	-	20	20	-	20	20
	280	**903 920**	**904 200**	**3 880**	**1 308 640**	**1 312 520**
Total Assistência	**19 488**	**13 886 588**	**13 906 076**	**45 934**	**17 265 986**	**17 311 920**

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2011			31-12-2010		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Sinistros declarados						
Do exercício 2011	-	1 803 223	1 803 223	-	-	-
Do exercício 2010	-	1 692 026	1 692 026	-	1 809 168	1 809 168
Do exercício 2009	-	269 450	269 450	-	1 748 936	1 748 936
Do exercício 2008	-	240 473	240 473	-	303 478	303 478
Do exercício 2007	-	54 891	54 891	-	84 834	84 834
Do exercício 2006	-	24 849	24 849	-	50 627	50 627
Do exercício 2005	-	14 859	14 859	-	21 498	21 498
Do exercício 2004	-	9 399	9 399	-	15 323	15 323
Do exercício 2003	-	7 115	7 115	-	9 125	9 125
Do exercício 2002	-	50	50	-	2 251	2 251
	-	**4 116 335**	**4 116 335**	**-**	**4 045 240**	**4 045 240**
Provisão para IBNR						
Do exercício 2011	-	719 518	719 518	-	-	-
Do exercício 2010	-	690 057	690 057	-	727 173	727 173
Do exercício 2009	-	777 841	777 841	-	825 863	825 863
Do exercício 2008	-	205 081	205 081	-	296 664	296 664
Do exercício 2007	-	89 428	89 428	-	127 608	127 608
Do exercício 2006	-	16 549	16 549	-	32 908	32 908
Do exercício 2005	-	17 753	17 753	-	25 792	25 792
Do exercício 2004	-	2 877	2 877	-	2 877	2 877
Do exercício 2003	-	8 557	8 557	-	9 920	9 920
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
	-	**2 527 661**	**2 527 661**	**-**	**2 048 805**	**2 048 805**
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2011	-	549 300	549 300	-	-	-
Do exercício 2010	-	111 900	111 900	-	538 200	538 200
Do exercício 2009	-	60 000	60 000	-	124 800	124 800
Do exercício 2008	-	35 100	35 100	-	59 100	59 100
Do exercício 2007	-	18 000	18 000	-	30 300	30 300
Do exercício 2006	-	6 300	6 300	-	13 800	13 800
Do exercício 2005	-	5 400	5 400	-	8 700	8 700
Do exercício 2004	-	2 700	2 700	-	4 800	4 800
Do exercício 2003	-	2 400	2 400	-	3 300	3 300
Do exercício 2002	-	-	-	-	300	300
	-	**791 100**	**791 100**	**-**	**783 300**	**783 300**
Total Proteção Jurídica	**-**	**7 435 096**	**7 435 096**	**-**	**6 877 345**	**6 877 345**
Total	**19 488**	**21 321 684**	**21 341 172**	**45 934**	**24 143 331**	**24 189 265**

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc.(*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	6 877 345	799 820	4 363 055	(1 714 470)
Assistência	17 311 920	6 009 875	6 061 167	(5 240 878)
Total Geral	**24 189 265**	**6 809 695**	**10 424 222**	**(6 955 348)**

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc.(*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	6 191 410	813 371	3 802 804	(1 575 235)
Assistência	16 903 358	6 807 519	6 938 581	(3 157 258)
Total Geral	**23 094 768**	**7 620 890**	**10 741 385**	**(4 732 493)**

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2011 e 2010, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2011			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	1 766	-	1 766
Assistência	14 479	20 088	(26 446)	8 121
Total	**14 479**	**21 854**	**(26 446)**	**9 887**
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	458 326	582 944	557 751	1 599 021
Assistência	27 685 849	3 582 504	(3 988 628)	27 279 725
Total	**28 144 175**	**4 165 448**	**(3 430 877)**	**28 878 746**
Total Geral	**28 158 654**	**4 187 302**	**(3 457 323)**	**28 888 633**

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2010			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	2 342	(3 212)	(870)
Assistência	148 218	21 979	7 130	177 327
Total	**148 218**	**24 321**	**3 918**	**176 457**
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	492 499	873 882	689 148	2 055 529
Assistência	31 866 465	3 747 965	401 431	36 015 861
Total	**32 358 964**	**4 621 847**	**1 090 579**	**38 071 390**
Total Geral	**32 507 182**	**4 646 168**	**1 094 497**	**38 247 847**

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconhecia os pagamentos de entradas em carteira dos transportes de acidentes de trabalho como custos com sinistros e os respetivos reembolsos das cedentes como prémios adquiridos. Em 2011, a Companhia deixou de afetar as referidas rubricas a ganhos e perdas, passando somente a relevar o saldo a receber das cedentes pelos adiantamentos efetuados. No exercício de 2010, os prémios adquiridos registados pela Companhia relativos a entradas em carteira totalizaram 976.581 Euros.

Nos exercícios de 2011 e 2010, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência, por ano, é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2011			2010		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2011	189	22 216 632	22 216 821	-	-	-
Do exercício 2010	13 831	5 427 357	5 441 188	135 263	25 392 198	25 527 461
Do exercício 2009	(324)	421 716	421 392	12 816	5 540 865	5 553 681
Do exercício 2008	-	213 010	213 010	-	458 565	458 565
Do exercício 2007	-	711 353	711 353	103	876 908	877 011
Do exercício 2006	784	28 013	28 797	36	51 443	51 479
Do exercício 2005	-	565	565	-	265	265
Do exercício 2004	-	(657)	(657)	-	3 923	3 923
Do exercício 2003	-	-	-	-	439	439
Do exercício 2002	-	-	-	-	44	44
Do exercício 2001	-	276	276	-	-	-
	14 480	**29 018 265**	**29 032 745**	**148 218**	**32 324 650**	**32 472 868**
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2011	-	(242 848)	(242 848)	-	-	-
Do exercício 2010	-	(430 661)	(430 661)	-	(38 790)	(38 790)
Do exercício 2009	-	(136 956)	(136 956)	-	(247 456)	(247 456)
Do exercício 2008	-	(100 489)	(100 489)	-	(107 153)	(107 153)
Do exercício 2007	-	(421 461)	(421 461)	-	(64 782)	(64 782)
	-	**(1 332 415)**	**(1 332 415)**	**-**	**(458 181)**	**(458 181)**
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2011	262	3 318 810	3 319 072	-	-	-
Do exercício 2010	19 189	178 540	197 729	20 057	3 468 380	3 488 437
Do exercício 2009	(450)	24 148	23 698	1 901	108 470	110 371
Do exercício 2008	-	25 215	25 215	-	84 694	84 694
Do exercício 2007	-	33 756	33 756	15	82 335	82 350
Do exercício 2006	1 088	1 880	2 968	5	3 695	3 700
Do exercício 2005	-	52	52	-	196	196
Do exercício 2004	-	-	-	-	39	39
Do exercício 2003	-	-	-	-	78	78
Do exercício 2002	-	-	-	-	39	39
Do exercício 2001	-	101	101	-	39	39
	20 089	**3 582 502**	**3 602 591**	**21 978**	**3 747 965**	**3 769 943**
	34 569	**31 268 352**	**31 302 921**	**170 196**	**35 614 434**	**35 784 630**

(continuação) (Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2011	19	7 039 950	7 039 969	-	-	-
Do exercício 2010	(16 829)	(6 396 813)	(6 413 642)	29 668	9 159 768	9 189 436
Do exercício 2009	(4 604)	(1 438 001)	(1 442 605)	(15 278)	(5 765 735)	(5 781 013)
Do exercício 2008	(648)	(1 716 199)	(1 716 847)	(305)	(1 512 655)	(1 512 960)
Do exercício 2007	-	(521 927)	(521 927)	(7 399)	(1 628 827)	(1 636 226)
Do exercício 2006	(784)	(2 000)	(2 784)	(36)	(5 333)	(5 369)
Do exercício 2005	-	-	-	-	(728)	(728)
Do exercício 2004	-	-	-	-	(2 866)	(2 866)
Do exercício 2003	-	(100)	(100)	-	(254)	(254)
Do exercício 2002	-	(3 000)	(3 000)	-	(2 000)	(2 000)
Do exercício 2001	-	(39)	(39)	-	-	-
	(22 846)	**(3 038 129)**	**(3 060 975)**	**6 650**	**241 370**	**248 020**
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2011	-	804 940	804 940	-	-	-
Do exercício 2010	(3 460)	(1 113 460)	(1 116 920)	3 700	1 180 320	1 184 020
Do exercício 2009	(120)	(34 380)	(34 500)	(3 180)	(1 110 040)	(1 113 220)
Do exercício 2008	-	(32 240)	(32 240)	-	(9 280)	(9 280)
Do exercício 2007	-	(28 380)	(28 380)	(20)	(2 540)	(2 560)
Do exercício 2006	(20)	(1 120)	(1 140)	(19)	(602)	(621)
Do exercício 2005	-	(40)	(40)	-	(460)	(460)
Do exercício 2004	-	-	-	-	(20)	(20)
Do exercício 2003	-	(20)	(20)	-	-	-
Do exercício 2002	-	(20)	(20)	-	(20)	(20)
Do exercício 2001	-	-	-	-	20	20
	(3 600)	**(404 720)**	**(408 320)**	**481**	**57 378**	**57 859**
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2011	-	(191 336)	(191 336)	-	-	-
Do exercício 2010	-	(22 040)	(22 040)	-	(117)	(117)
Do exercício 2009	-	(6 406)	(6 406)	-	49 033	49 033
Do exercício 2008	-	(21 612)	(21 612)	-	46 461	46 461
Do exercício 2007	-	(279 900)	(279 900)	-	7 486	7 486
Do exercício 2006	-	(24 485)	(24 485)	-	(184)	(184)
	-	**(545 779)**	**(545 779)**	**-**	**102 679**	**102 679**
	(26 446)	**(3 988 628)**	**(4 015 074)**	**7 131**	**401 427**	**408 558**
	8 123	**27 279 724**	**27 287 847**	**177 327**	**36 015 861**	**36 193 188**

Em 2011 e 2010, a composição dos custos com sinistros no ramo de proteção jurídica, por ano, é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2011			2010		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção jurídica						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2011	-	19 240	19 240	-	-	-
Do exercício 2010	-	166 254	166 254	-	22 635	22 635
Do exercício 2009	-	109 447	109 447	-	158 468	158 468
Do exercício 2008	-	74 073	74 073	-	142 789	142 789
Do exercício 2007	-	38 511	38 511	-	76 219	76 219
Do exercício 2006	-	21 684	21 684	-	30 096	30 096
Do exercício 2005	-	10 473	10 473	-	21 916	21 916
Do exercício 2004	-	12 746	12 746	-	28 768	28 768
Do exercício 2003	-	5 897	5 897	-	9 083	9 083
Do exercício 2002	-	-	-	-	2 525	2 525
	-	**458 325**	**458 325**	**-**	**492 499**	**492 499**
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2011	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2010	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2011	-	223 976	223 976	-	-	-
Do exercício 2010	1 766	167 256	169 022	2 342	530 375	532 717
Do exercício 2009	-	91 703	91 703	-	176 168	176 168
Do exercício 2008	-	49 500	49 500	-	78 039	78 039
Do exercício 2007	-	30 220	30 220	-	49 532	49 532
Do exercício 2006	-	13 026	13 026	-	24 767	24 767
Do exercício 2005	-	3 926	3 926	-	7 250	7 250
Do exercício 2004	-	1 766	1 766	-	4 250	4 250
Do exercício 2003	-	1 571	1 571	-	2 750	2 750
Do exercício 2002	-	-	-	-	750	750
	1 766	**582 944**	**584 710**	**2 342**	**873 881**	**876 223**
	1 766	**1 041 269**	**1 043 035**	**2 342**	**1 366 380**	**1 368 722**

(continuação)

(Valores em Euros)

	2011			2010		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2011	-	2 522 740	2 522 740	-	-	-
Do exercício 2010	-	(154 258)	(154 258)	-	2 536 341	2 536 341
Do exercício 2009	-	(1 527 508)	(1 527 508)	-	(120 404)	(120 404)
Do exercício 2008	-	(154 588)	(154 588)	-	(637 229)	(637 229)
Do exercício 2007	-	(68 123)	(68 123)	(3 212)	(844 481)	(847 693)
Do exercício 2006	-	(42 137)	(42 137)	-	(92 806)	(92 806)
Do exercício 2005	-	(14 678)	(14 678)	-	(46 406)	(46 406)
Do exercício 2004	-	(5 924)	(5 924)	-	(45 272)	(45 272)
Do exercício 2003	-	(3 373)	(3 373)	-	(14 741)	(14 741)
Do exercício 2002	-	(2 200)	(2 200)	-	(10 454)	(10 454)
	-	**549 951**	**549 951**	**(3 212)**	**724 548**	**721 336**
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2011	-	549 300	549 300	-	538 200	538 200
Do exercício 2010	-	(426 300)	(426 300)	-	(431 400)	(431 400)
Do exercício 2009	-	(64 800)	(64 800)	-	(68 700)	(68 700)
Do exercício 2008	-	(24 000)	(24 000)	-	(39 900)	(39 900)
Do exercício 2007	-	(12 300)	(12 300)	-	(14 700)	(14 700)
Do exercício 2006	-	(7 500)	(7 500)	-	(7 200)	(7 200)
Do exercício 2005	-	(3 300)	(3 300)	-	(7 500)	(7 500)
Do exercício 2004	-	(2 100)	(2 100)	-	(2 400)	(2 400)
Do exercício 2003	-	(900)	(900)	-	(1 799)	(1 799)
Do exercício 2002	-	(300)	(300)	-	-	-
	-	**7 800**	**7 800**	**-**	**(35 399)**	**(35 399)**
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2011	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2010	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2006	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Variação da provisão para sinistros	**-**	**557 751**	**557 751**	**(3 212)**	**689 149**	**685 937**
	1 766	**1 599 020**	**1 600 786**	**(870)**	**2 055 529**	**2 054 659**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.187.302 Euros e 4.646.168 Euros, respetivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 18).

Nos exercícios de 2011 e 2010, a dotação da provisão para participação nos resultados ascendeu a 2.588.708 Euros e 2.078.988 Euros, respetivamente, decompondo-se por cedente como segue:

(Valores em Euros)

	Dotação (atribuição)	
	2011	2010
Fidelidade Mundial	1 666 452	1 482 404
Império Bonança	768 278	386 744
Multicare	191 420	158 190
Garantia – Assistência em Viagem Temporários	9 102	5 107
Global	(46 544)	46 544
	2 588 708	**2 078 988**

O movimento da provisão para participação nos resultados em 2011 e 2010 foi como segue:

(Valores em Euros)

2011			
Saldo em 31-12-2010	Atribuição 2011	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2011
46 544	2 588 708	2 635 252	-

(Valores em Euros)

2010			
Saldo em 31-12-2009	Atribuição 2010	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2010
58 598	2 078 988	2 032 444	46 544

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevêem uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

Gestão de Risco Resultante de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor:

Subscrição de riscos

A atividade da Cares é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Quando uma seguradora cedente pretende lançar um produto novo, que inclua coberturas de Proteção Jurídica ou de Assistência a serem resseguradas pela Companhia, é definido o valor de cotação do negócio, com base na avaliação de vários parâmetros onde se inclui a frequência, o custo médio, o número e tipo de unidades em risco, a forma e canal de comercialização e os objetivos de vendas estimados pela seguradora.

Relativamente aos riscos garantidos ao abrigo do resseguro aceite, a Companhia efetua a análise em termos da qualidade da seguradora cedente, bem como das garantias de assistência a conceder aquando da celebração do contrato. Apesar de não possuir um papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras cedentes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela Companhia elimina na prática os riscos associados à subscrição, como por exemplo, a anti-seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente ao seguro direto, a atividade não é desenvolvida ativamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respetivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados "standards", suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área comercial, que não aceita riscos que não se enquadrem nas condições definidas.

Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos Assistência e Proteção Jurídica, compreende a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da evolução da receita processada, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da Organização, as normas e procedimentos de gestão de sinistros encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras por tipo de segmento de mercado, canal de distribuição, unidades em risco e coberturas. São ainda desenvolvidos estudos sobre o comportamento da sinistralidade.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade da carteira, tendo como objetivo a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade.

Seleção e Saneamento de Carteira

Tendo em vista possibilitar um maior controlo e atuação ao nível do risco subscrito, a Companhia informa as seguradoras cedentes das apólices que beneficiaram de mais de três assistências na anuidade.

Aquando da renovação anual dos contratos, a Companhia procede a ajustamentos de prémio, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

Concentrações de risco de seguro

Nos Ramos de Assistência e Proteção Jurídica não se registam fenómenos relacionados com a concentração de risco ou grandes sinistros.

Na generalidade das garantias de utilização mais frequente, não se justifica a existência de limites de capital de valor elevado, pelo que não são praticados pela Companhia, nem pelo mercado.

As seguradoras do Grupo Caixa Seguros são as principais cedentes representando 99,68% de prémios e 98,63% de sinistros da carteira subscrita.

Relativamente aos ramos explorados, o ramo assistência representa cerca de 87% dos prémios adquiridos e 95% dos custos com sinistros.

Comportamento da carteira não vida

(Valores em Euros)

	2011			2010		
	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos
Assistência	33 431 137	83,38%	82,83%	40 823 236	90,28%	88,20%
Proteção Jurídica	4 914 788	34,21%	34,04%	5 592 043	38,33%	34,38%

Políticas de Resseguro

Conforme já referido, o negócio da Companhia desenvolve-se no âmbito do resseguro aceite.

O número de sinistros de valor individual significativo é reduzido.

Por este motivo, a Companhia não retrocede risco em resseguro.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Assistência

Relativamente ao ramo Assistência, em 2011 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 98,6% dos prémios brutos adquiridos. Os Custos de Aquisição e Administrativos consumiram no seu conjunto 1,8% dos Prémios Brutos Adquiridos. Se tomarmos em consideração os resultados de investimentos, que em 2011 foram negativos, ficamos com um rácio combinado de 100,5%.

Apesar da suficiência a que se chega, com base na análise global deste ramo, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para o seguro direto, a qual foi calculada de acordo com o estabelecido

no capítulo II da Norma Regulamentar nº 19/94, de 6 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelas Normas Regulamentares nº 12/2000, de 13 de novembro, e 24/2002, de 23 de dezembro, ambas do ISP.

A provisão para prémios não adquiridos está em conformidade com a Norma Regulamentar nº 19/94-R, de 6 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pela Norma Regulamentar nº 4/1998, de 16 de março, ambas do ISP.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados à matriz de "run-off" de pagamentos de Assistência, concluindo-se pela suficiência das provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Proteção Jurídica

Em 2011, no ramo Proteção Jurídica, os prémios revelaram-se suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 67,5% dos prémios brutos adquiridos. Os Custos de Aquisição e Administrativos consumiram no seu conjunto 1,6% dos Prémios Brutos Adquiridos. Se tomarmos em consideração os resultados de investimentos, que em 2011 foram negativos, ficamos com um rácio combinado de 69,5%.

Apesar da suficiência a que se chega, com base na análise global deste ramo, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para o seguro direto, a qual foi calculada nos termos da mesma regulamentação acima referida para o ramo Assistência.

A provisão para prémios não adquiridos está em conformidade com a Norma Regulamentar nº 19/94-R, de 6 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pela Norma Regulamentar nº 4/1998, de 16 de março, ambas do ISP.

Tal como no ramo Assistência, para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados a matrizes de "run-off", concluindo-se pela existência de suficiência de provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Análises de sensibilidade

Conforme referimos, os prémios mostraram-se suficientes para cobrir os custos associados à exploração dos ramos Assistência e Proteção Jurídica.

Tendo em vista verificar qual o nível de custos com sinistros que eliminaria a suficiência do prémio adquirido ou o impacto de uma variação dos custos com sinistros, construímos dois cenários alternativos, com os seguintes pressupostos:

• Em ambos os cenários, assumimos que os custos de aquisição, administrativos e resultados de resseguro e de investimentos manteriam os valores verificados em 2011, totalizando um resultado negativo de 639.015 Euros para a Assistência e 99.882 Euros para a Proteção Jurídica;

• No cenário 1 verifica-se qual o impacto de uma variação da sinistralidade para 95% do atual prémio adquirido – o total do PBA afeto a custos passaria a cerca de 96,9% para a Assistência e 97,0% para a Proteção Jurídica;

• No cenário 2 apresentamos a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, por forma a que o nível de prémios adquiridos afetos a custos alcançasse 100% - obtivemos uma taxa de sinistralidade de 98,1% para o ramo Assistência e 98,0% para o ramo Proteção Jurídica.

Assistência

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2011

(Valores em Euros)

	2011 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	33 431 137	33 431 137	33 431 137
Custos com sinistros	(32 946 664)	(31 759 580)	(32 792 122)
Restantes custos e proveitos	(639 015)	(639 015)	(639 015)
Total de custos líquidos	**(33 585 633)**	**(32 398 595)**	**(33 431 137)**

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2010

(Valores em Euros)

	2010 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	40 823 236	40 823 236	40 823 236
Custos com sinistros	(39 350 446)	(38 782 074)	(41 011 441)
Restantes custos e proveitos	188 205	188 205	188 205
Total de custos líquidos	**(39 162 242)**	**(38 593 870)**	**(40 823 236)**

Proteção Jurídica

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2011

(Valores em Euros)

	2011 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	4 914 788	4 914 788	4 914 788
Custos com sinistros	(3 315 257)	(4 669 049)	(5 137 303)
Restantes custos e proveitos	222 515	222 515	222 515
Total de custos líquidos	**(3 092 742)**	**(4 446 534)**	**(4 914 788)**

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2010

(Valores em Euros)

	2010 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	5 592 042	5 592 042	5 592 042
Custos com sinistros	(3 629 894)	(5 312 440)	(5 724 411)
Restantes custos e proveitos	132 368	132 368	132 368
Total de custos líquidos	**(3 497 525)**	**(5 180 072)**	**(5 592 042)**

Foram igualmente efetuadas análises ao comportamento do nível de solvência da Companhia, face a acréscimos de custos associados à sua atividade. A Companhia possui uma taxa de cobertura de 185,03%.

O agravamento máximo dos custos com sinistros para uma taxa de cobertura de 100% é de cerca de 7.990.000 Euros.

Rácios

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos é de 47,6% (2010: 42,1%), continuando a apresentar valores acima dos obtidos no mercado.

	2011	2010
Rácios de sinistralidade	64,4%	72,4%
Rácios de despesas	12,7%	11,7%
Rácio combinado	77,2%	84,1%
Rácio operacional	2,2	2,7

O rácio de sinistralidade diminuiu cerca de 8 pontos percentuais face ao ano anterior devido a reajustamentos nas provisões.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) diminuiu devido à diminuição dos Prémios Brutos Emitidos, derivada da redução da carteira.

5. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011 é apresentado no Anexo 1.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia detém um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos não relacionados com os riscos e características do contrato de acolhimento, cujo valor nominal ascende a 423.052 Euros e 476.519 Euros, respetivamente, e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 326.324 Euros e 390.592 Euros, respetivamente.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	499 210	22 115	521 325	-	521 325	(55 070)	466 255
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	7 198 953	159 027	7 357 980	-	7 357 980	1 022 622	8 380 602
De emissores nacionais	1 958 102	15 399	1 973 501	-	1 973 501	(568 702)	1 404 799
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	36 544 382	407 909	36 952 291	(47 229)	36 905 062	(1 345 828)	35 559 234
	46 200 647	**604 450**	**46 805 097**	**(47 229)**	**46 757 868**	**(946 978)**	**45 810 890**
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	58 080	339 842
	46 482 409	**604 450**	**47 086 859**	**(47 229)**	**47 039 630**	**(888 898)**	**46 150 732**

(Valores em Euros)

	31-12-2010						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	1 204 605	23 527	1 228 132	-	1 228 132	(55 788)	1 172 344
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 796 996	176 299	8 973 295	-	8 973 295	27 947	9 001 242
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	22 120 319	219 365	22 339 684	(157 492)	22 182 192	(818 863)	21 363 329
	32 121 920	**419 191**	**32 541 111**	**(157 492)**	**32 383 619**	**(846 704)**	**31 536 915**
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	62 107	343 869
	32 403 682	**419 191**	**32 822 873**	**(157 492)**	**32 665 381**	**(784 597)**	**31 880 784**

Reclassificação de ativos

Tal como permitido pela Norma IAS 39, a Companhia procedeu à reclassificação com referência a 2 de outubro de 2011 da totalidade dos títulos de dívida pública grega da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, dado o Conselho de Administração da Companhia ter a intenção e a capacidade de deter os títulos objeto de reclassificação até à maturidade.

Em 30 de setembro de 2011, as obrigações objeto de reclassificação encontravam-se classificadas na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda com o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

Descrição	Valor Nominal	Custo de aquisição amortizado	Valor de Balanço	Reserva de justo valor
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT	839 000	823 579	342 983	(480 596)
GGB, 4,6%, 20/05/2013, GOVT	753 000	756 487	346 531	(409 956)
	1 592 000	**1 580 065**	**689 514**	**(890 552)**

O valor de reconhecimento inicial em ativos financeiros a deter até à maturidade correspondeu ao justo valor em 2 de outubro de 2011, coincidente com o valor de balanço na categoria onde anteriormente se encontravam classificados. Nessa data, a Companhia estimou e reconheceu perdas por imparidade associadas às obrigações objeto de reclassificação no montante de 860.364 Euros.

À data da reclassificação, para efeitos de determinação da taxa efetiva dos ativos reclassificados, a Companhia estimou recuperar apenas 50% da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados às obrigações objeto de reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2011, as menos-valias potenciais não reconhecidas na reserva de justo valor nem nos resultados da Companhia, decompostas por título, eram como segue:

(Valores em Euros)

Descrição	Custo amortizado	Justo Valor	Menos-valia potencial
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT	361 164	178 246	(182 918)
GGB, 4,6%, 20/05/2013, GOVT	376 500	198 039	(178 461)
	737 664	**376 285**	**(361 379)**

Em face da informação que foi tornada pública até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 1), a Companhia registou uma provisão no montante de 309.731 Euros para fazer face a potenciais acréscimos de imparidade nestes títulos (Nota 12).

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	31-12-2011			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	7 289 074	7 289 074
Investimentos em filiais, associadas				
e empreendimentos conjuntos	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no				
reconhecimento inicial ao justo valor através				
de ganhos e perdas	-	326 324	-	326 324
Ativos disponíveis para venda	339 842	45 810 890	-	46 150 732
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 940	2 940
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	755 266	755 266
Outros devedores	-	-	2 576 809	2 576 809
	339 842	**46 137 214**	**11 145 352**	**57 622 408**

(Valores em Euros)

	31-12-2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	9 717 017	9 717 017
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	390 592	-	390 592
Ativos disponíveis para venda	343 869	31 536 915	-	31 880 784
Empréstimos e contas a receber	-	-	16 242 492	16 242 492
Outros devedores	-	-	3 788 247	3 788 247
	343 869	**31 927 507**	**30 177 142**	**62 448 518**

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- Técnicas de valorização – Corresponde aos instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e aos instrumentos de dívida valorizados através de modelos de valorização internos que utilizam dados observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros).

Empréstimos e contas a receber

A rubrica "Depósitos junto de empresas cedentes" corresponde a retenções efetuadas pelas diversas companhias cedentes de uma percentagem sobre os prémios de resseguro aceite pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Depósitos junto de empresas cedentes		
Global – Companhia de Seguros, S.A.	-	1 141 272
A.M.A – Agrupacion Mutual Aseguradora	2 940	3 095
	2 940	**1 144 367**

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica "Outros depósitos" diz respeito a um depósito a prazo no montante de 15.000.000 Euros, constituído junto da Caixa Geral de Depósitos, vencido em 2011.

Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Devedores por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar		
Proteção Jurídica	-	-
Assistência	746	831
Total devedores por operações de seguro direto	**746**	**831**
Devedores por operações de resseguro		
Ressegurados do grupo	2 362 514	2 926 722
Outros ressegurados	144 565	777 143
Total devedores por operações de resseguro	**2 507 079**	**3 703 865**
Devedores por outras operações		
Empresas do grupo	3 173	15 771
Outros	65 811	67 780
Total devedores por outras operações	**68 984**	**83 551**

A rubrica "Devedores por operações de resseguro" corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

Outros credores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Comissões a pagar a mediadores	61	67
	61	**67**
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Ressegurados do grupo	128 884	102 391
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	87 771	53 769
Outros	174 758	146 734
	262 529	**200 503**
	391 474	**302 961**

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Cares Seguros, que é atualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, a sociedade gestora, o tipo de gestão associado à carteira de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda de títulos, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição aos diferentes riscos financeiros, medidas de cálculo da rendibilidade da carteira e autonomias de execução.

A gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares Seguros tem, assim, em consideração:

a. Modelo de Gestão

De acordo com os objetivos de investimento da carteira, foi definido um modelo de gestão com características maioritariamente de imunização, apesar de não estar orientado por um conjunto de responsabilidades. O modelo tem um perfil de risco conservador, com baixa volatilidade em resultados e reduzidos custos de transação.

Estão definidos os níveis de exposição a ativos de rendimento fixo (obrigações) – taxas longas e taxas curtas - distribuídos por intervalos de maturidade até 10 anos. Estes ativos poderão ser cupão zero, cupão fixo ou variável. Deverão cumprir as regras de notação de risco de crédito definidas e ser compradas com o objectivo de serem mantidas em carteira até à maturidade. Alterações de mercado ou da qualidade creditícia das emissões podem originar transações.

b. Classificação dos Ativos

Para efeitos da classificação dos ativos e dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas longas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual superior a 1 ano. Incluem-se ainda as ações remíveis com características de obrigações, os Fundos Mobiliários de Obrigações que respeitam este perfil de maturidade e os derivados de taxas de juro de longo prazo ou de risco de crédito associado a taxas de juro de longo prazo. Estes ativos são separados em Government e Corporate de acordo com o risco de crédito público ou privado, sendo que as emissões de Supranacionais e Covered Bonds estão incluídas nos Government.

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas curtas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 1 ano, as obrigações de taxa variável, os Fundos Mobiliários de Obrigações maioritariamente de taxa variável, todos os instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários, bem como derivados associados ao risco de taxas de juro de curto prazo.

c. Limites de exposição

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

I. O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como "não cotados", é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro não pode representar mais que 5% do valor da carteira;

III. O investimento em fundos e outros organismos de investimento coletivo não deverá ultrapassar o limite de 10% do valor líquido do património desses fundos.

IV. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira sem autorização prévia.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

V. Universo de investimento e limites por emitente para ativos de rendimento fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de "rating" a considerar na aquisição deverá ser a do S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moody's ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 ano	BBB-	BBB-	0,5%
1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Não existem limites de notação de "rating" para a dívida soberana dos países da Zona Euro.

VI. Limite por emitente exceto dívida pública soberana da Zona Euro e Grupo CGD: 6% da carteira.

VII. Limites por setor de atividade e por subordinação da emissão:

a. limite de dívida subordinada: 10% da carteira;
b. limite de crédito por setor de atividade (exceto banca): 20% da carteira;
c. limite de crédito do setor serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira.

VIII. O investimento noutras classes de ativos não especificadas neste documento deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

IX. As aplicações proibidas são aquelas que constam expressamente da legislação em vigor.

d. Carteira com modelo de Imunização

No ano de 2011 a Companhia continuou a implementar o modelo de gestão definido em 2010. Neste contexto, a atual composição da carteira reflete os "targets" definidos, nomeadamente a composição entre taxas longas e taxas curtas.

	31.12.2011	Objetivo	Desvio
Taxas Longas	**52,90%**	**50%**	**3%**
Taxa Fixa Governos	29,40%	25%	4%
Taxa Fixa Crédito	23,50%	25%	-2%
Taxas Curtas	**46,40%**	**50%**	**-4%**
Taxa Indexada	43,00%	48%	-5%
Mercado Monetário	3,40%	2%	1%
Outros	**0,70%**	**0%**	**1%**
Imobiliário	0,70%	0%	1%

e. Avaliação do risco

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado da carteira está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos do Grupo, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento das Direções de Gestão de Risco do Grupo e da Caixa Geral de Depósitos. São monitorizados vários riscos envolvidos, nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez; e
- Risco cambial.

Risco de taxa de juro

Na carteira com modelo de gestão de imunização, e considerando o objetivo de manter os títulos em carteira até à maturidade, o risco de taxa de juro é gerido no momento da compra dos títulos, adequando os respetivos prazos e rendimentos à expectativa da evolução das taxas de juro existente em cada momento.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito da Cares Seguros apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	7 288 666	-	7 288 666	9 714 514	-	9 714 514
Ativos financeiros classificados						
no reconhecimento inicial ao						
justo valor através de ganhos e perdas	326 323	-	326 323	390 592	-	390 592
Ativos disponíveis para venda	46 197 961	(47 229)	46 150 732	32 038 276	(157 492)	31 880 784
Empréstimos e contas a receber	2 940	-	2 940	16 242 492	-	16 242 492
Investimentos a deter até à maturidade	1 615 630	(860 364)	755 266	-		-
Outros devedores	2 576 809	-	2 576 809	3 788 247	-	3 788 247
	58 008 330	**(907 593)**	**57 100 737**	**62 174 121**	**(157 492)**	**62 016 629**

Conforme descrito na Nota 12, em 31 de dezembro de 2011 existe ainda uma provisão de 309.731 Euros na rubrica "Outras provisões" (Nota 12), para fazer face a imparidades adicionais em títulos de dívida soberana da Grécia, registados em "Ativos financeiros a deter até à maturidade" (Nota 5).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2011 Ratings Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+					-
A- até A+					-
Menor que A-	7 197 281	91 385			7 288 666
	7 197 281	**91 385**	**-**	**-**	**7 288 666**
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	2 940				2 940
	2 940	**-**	**-**	**-**	**2 940**
Total	**7 200 221**	**91 385**	**-**	**-**	**7 291 606**

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2010 Ratings Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+		92 352			92 352
A- até A+	24 720 287				24 720 287
	24 720 287	**92 352**	**-**	**-**	**24 812 639**
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	1 144 367				1 144 367
	1 144 367	**-**	**-**	**-**	**1 144 367**
Total	**25 864 655**	**92 352**	**-**	**-**	**25 957 006**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2011 Ratings				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
AA- até AA+		326 324			326 324
	-	**326 324**	**-**	**-**	**326 324**
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	**-**	**326 324**	**-**	**-**	**326 324**
Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA		-	58 492		58 492
AA- até AA+		770 443	55 110		825 552
A- até A+		9 385 862			9 385 862
Menor que A-	622 060	2 165 804			2 787 864
	622 060	**12 322 108**	**113 602**	**-**	**13 057 771**
Governos e outras autoridades locais					
AAA		6 538 840			6 538 840
AA- até AA+		1 365 175			1 365 175
A- até A+		476 587			476 587
Menor que A-	1 404 799				1 404 799
	1 404 799	**8 380 603**	**-**	**-**	**9 785 402**
Instituições Financeiras					
AAA		1 453 083		1 595 577	3 048 659
AA- até AA+		2 280 350		2 532 379	4 812 729
A- até A+		8 107 529	727 290	1 288 904	10 123 723
Menor que A-	2 731 301	747 769	127 160	353 252	3 959 483
Sem rating				2 750	2 750
	2 731 301	**12 588 732**	**854 450**	**5 772 863**	**21 947 345**
Outros emitentes					
AAA		60 866		200 201	261 067
AA- até AA+		287 958			287 958
A- até A+		364 012			364 012
Menor que A-		107 336			107 336
	-	**820 172**	**-**	**200 201**	**1 020 373**
Total Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	**4 758 160**	**34 111 615**	**968 051**	**5 973 063**	**45 810 890**

(continuação) (Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2011 Ratings				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Investimentos a deter até à maturidade					
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
Menor que A-	-	755 266	-	-	755 266
Sem rating	-	-	-	-	-
	-	**755 266**	**-**	**-**	**755 266**
Total Investimentos					
a deter até à maturidade	**-**	**755 266**	**-**	**-**	**755 266**

(Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2010 Ratings				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Outros emitentes					
Sem rating		390 592			390 592
	-	**390 592**	**-**	**-**	**390 592**
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	**-**	**390 592**	**-**	**-**	**390 592**
Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-		55 939		55 939
AA- até AA+	-	55 642	55 090		110 732
A- até A+	-	6 170 102			6 170 102
Menor que A-	-	1 008 799			1 008 799
	-	**7 234 543**	**111 029**	**-**	**7 345 571**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	5 039 560			5 039 560
AA- até AA+	-	714 401			714 401
A- até A+	2 027 980	-			2 027 980
Menor que A-	-	1 219 301			1 219 301
	-	**6 973 262**	**-**	**-**	**9 001 242**

(continuação) (Valores em Euros)

Classe de ativo	31-12-2010 Ratings Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	195 392	1 994 180	-	784 707	2 974 279
A- até A+	3 200 204	5 380 334	781 513	797 507	10 159 558
Menor que A-	-	714 059	-	407 444	1 121 503
Sem rating	-	-	30 917	1 500	32 417
	3 395 595	**8 088 573**	**812 430**	**1 991 158**	**14 287 756**
Outros emitentes					
AAA	-	76 057			76 057
AA- até AA+	-	371 397			371 397
A- até A+	-	334 274			334 274
Menor que A-	-	120 617			120 617
	-	**902 345**	**-**	**-**	**902 345**
Total Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	**3 395 595**	**23 198 723**	**923 459**	**1 991 158**	**31 536 915**

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2011 Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	7 289 074	-	-	-	-	-	-	-	-	7 289 074
Investimentos em filiais, associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial ao										
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	423 052	-	-	-	-	423 052
Ativos disponíveis para venda	2 864 088	1 948 131	2 687 306	1 820 427	18 678 983	14 510 384	5 788 087	5 087 603	342 592	53 727 601
Empréstimos e contas a receber	391	380	229	1 940	-	-	-	-	-	2 940
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	17 319	15 522	424 862	435 022	-	-	-	892 724
Outros devedores	2 576 809	-	-	-	-	-	-	-	-	2 576 809
	12 730 363	**1 948 511**	**2 704 854**	**1 837 889**	**19 526 897**	**14 945 405**	**5 788 087**	**5 087 603**	**863 855**	**65 433 463**

(Valores em Euros)

	2010									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	9 717 017	-	-	-	-	-	-	-	-	9 717 017
Investimentos em filiais, associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Ativos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial ao										
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	476 519	-	-	-	-	476 519
Ativos disponíveis para venda	160 958	778 651	1 893 422	3 637 497	12 565 336	9 618 295	3 731 092	5 301 274	376 285	38 062 809
Empréstimos e contas a receber	15 389 524	429 013	234 272	226 654	-	-	-	-	-	16 279 463
Outros devedores	3 788 247	-	-	-	-	-	-	-	-	3 788 247
	29 055 746	**1 207 664**	**2 127 694**	**3 864 151**	**13 041 855**	**9 618 295**	**3 731 092**	**5 301 274**	**805 672**	**68 753 442**

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

-Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";

- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2011			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas				
e empreendimentos conjuntos	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados				
no reconhecimento inicial ao				
justo valor através de ganhos e perdas	-	326 323	-	326 323
Ativos disponíveis para venda	24 029 742	21 781 148	339 842	46 150 732
Investimentos a deter até à maturidade	755 266	-	-	755 266
	24 785 008	**22 107 472**	**861 105**	**47 753 585**

(Valores em Euros)

	2010			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas				
e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Ativos financeiros classificados				
no reconhecimento inicial ao				
justo valor através de ganhos e perdas	-	390 592	-	390 592
Ativos disponíveis para venda	16 070 220	15 466 695	343 869	31 880 784
	16 070 220	**15 857 287**	**773 255**	**32 700 762**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2011 Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas									
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados									
no reconhecimento inicial ao									
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	423 052	-	-	-	-	423 052
Ativos disponíveis para venda	800 000	10 371 243	12 305 075	1 736 660	953 000	3 494 000	16 482 000	342 592	46 484 571
Empréstimos e contas a receber	-	391	380	229	1 940	-	-	-	2 940
Depósitos junto de empresas cedentes		391	380	229	1 940				2 940
Investimentos a deter até à maturidade						376 500	419 500		796 000
	800 000	**10 371 634**	**12 305 455**	**2 159 941**	**954 940**	**3 870 500**	**16 901 500**	**863 855**	**48 227 826**

(Valores em Euros)

	2010 Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas									
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Ativos financeiros classificados									
no reconhecimento inicial ao									
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	476 519	-	-	-	-	476 519
Ativos disponíveis para venda	500 000	4 163 717	9 409 436	1 777 660	1 733 000	4 071 000	10 482 000	376 285	32 513 099
Empréstimos e contas a receber	-	15 269 803	421 618	230 238	222 709	-	-	-	16 144 367
Depósitos junto de empresas cedentes	-	269 803	421 618	230 238	222 709	-	-	-	1 144 367
Outros depósitos	-	15 000 000	-	-	-	-	-	-	15 000 000
	500 000	**19 433 520**	**9 831 054**	**2 484 417**	**1 955 709**	**4 071 000**	**10 482 000**	**805 672**	**49 563 372**

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros encontram-se integralmente denominados em Euros.

6. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica refere-se a:

i) 5.000 ações representativas da totalidade do capital social da CARES RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. (Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição no montante de 429.386 Euros.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Cares RH em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são os seguintes:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Ativo líquido	2 183 858	1 435 509
Passivo	211 817	209 805
Capital e reservas	1 197 094	803 772
Resultado líquido do exercício	774 947	421 932
Proveitos totais	1 415 612	1 021 122

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Cares RH detém uma participação correspondente a 51% do capital social da Cares Multiassistance, S.A..

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter a totalidade do seu capital e apresentar contas consolidadas, nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Companhia e da sua filial. Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia recebeu dividendos de 28.610 Euros e 690.000 Euros, respetivamente (Nota 14).

ii) Uma ação da Universal Seguros, S.A. (República de Angola) representativa de 1% do respetivo capital social, que a Cares Seguros adquiriu em 7 de abril de 2011 pelo montante de 12.304.976 Kwanzas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 89.112 Euros.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, República de Angola, foi constituída a 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

7. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 29)	7 197 281	9 622 162
Banesto	91 385	92 352
	7 288 666	**9 714 514**
Caixa	408	2 503
	7 289 074	**9 717 017**

8. Terrenos e Edifícios

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Terrenos e edifícios – de rendimento" é composta por um edifício afeto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005, sendo presentemente detido para arrendamento.

Na sequência da adoção do novo PCES, a Companhia adotou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação por via de ganhos e perdas.

Em dezembro de 2011 e 2010 foram realizadas avaliações pela entidade Imocaixa, tendo o valor atual sido calculado pelos métodos do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado destas avaliações, foi registada no exercício de 2011 uma perda de 110.000 Euros na rubrica "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas", da conta de ganhos e perdas.

Os proveitos com rendas registados nos exercícios de 2011 e 2010 ascenderam a 21.588 Euros e 43.176 Euros, respetivamente (Nota 14).

9. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2010				Alienações e abates líquidos			31-12-2011	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	534 701	(466 692)	22 260	-	-	-	(31 560)	556 961	(498 252)
Máquinas e ferramentas	-	-		-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	337 033	(260 163)	5 757	-	-	-	(41 136)	342 790	(301 299)
Instalações interiores	95 792	(95 351)	-	-	-	-	(147)	95 792	(95 498)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	978 306	**(832 986)**	**28 017**	**-**	**-**	**-**	**(72 843)**	**1 006 323**	**(905 829)**

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2009				Alienações e abates líquidos			31-12-2010	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	494 156	(425 354)	41 549	-	(1 004)	1 004	(42 342)	534 701	(466 692)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	238 724	(228 865)	112 935	-	(14 626)	14 626	(45 924)	337 033	(260 163)
Instalações interiores	95 792	(89 240)	-	-	-	-	(6 111)	95 792	(95 351)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	839 452	**(754 239)**	**154 484**	**-**	**(15 630)**	**15 630**	**(94 377)**	**978 306**	**(832 986)**

10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetos do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	31-12-2011		
	Seguros não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	1 680 417	5 608 657	7 289 074
Terrenos e edifícios (Nota 8)	640 000	-	640 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	326 324	-	326 324
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	46 150 732	-	46 150 732
Investimentos a deter até à Maturidade (Nota 5)	755 266	-	755 266
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	2 940	-	2 940
Outros ativos tangíveis (Nota 19)	-	100 494	100 494
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	2 338	2 338
Outros devedores (Nota 5)	2 507 079	936 699	3 443 778
	52 062 758	**7 169 451**	**59 232 209**

(Valores em Euros)

	31-12-2010		
	Seguros não Vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	1 430 246	8 286 771	9 717 017
Terrenos e edifícios (Nota 8)	750 000	-	750 000
Investimentos em filiais, associadas e			
empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	429 386	429 386
Ativos financeiros classificados no reconhecimento			
inicial a justo valor através de ganhos			
e perdas (Nota 5)	390 592	-	390 592
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	31 880 784	-	31 880 784
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	16 242 492	-	16 242 492
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	145 320	145 320
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	13 795	13 795
Outros devedores (Nota 5)	3 703 865	519 554	4 223 419
	54 397 979	**9 394 826**	**63 792 805**

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2010				Alienações e abates líquidos			31-12-2011	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Adições	Transferências	Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação									
e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações									
informáticas - adquiridas a terceiros	213 913	(200 118)	2 572	-	-	-	(14 029)	216 485	(214 147)
Ativos em curso - despesas aplicações									
informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	213 913	**(200 118)**	**2 572**	**-**	**-**	**-**	**(14 029)**	**216 485**	**(214 147)**

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2009		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 18)	31-12-2010	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação									
e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações									
informáticas - adquiridas a terceiros	212 474	(187 357)	1 868	-	(429)	429	(13 190)	213 913	(200 118)
Ativos em curso - despesas aplicações									
informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	212 474	**(187 357)**	**1 868**	**-**	**(429)**	**429**	**(13 190)**	**213 913**	**(200 118)**

12. Outras Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2011				
	Saldo em 31-12-2010	Reforços (Nota 18)	Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2011
Provisões para litígios	217 439	11 599	(36 749)	-	192 289
Provisões para contingências	198 933	-	-	-	198 933
Outras	-	309 731	-	-	309 731
	416 372	**321 330**	**(36 749)**	**-**	**700 953**

(Valores em Euros)

	2010				
	Saldo em 31-12-2009	Reforços (Nota 18)	Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2010
Provisões para litígios	246 941	109 687	(139 189)	-	217 439
Provisões para contingências	198 933	-	-	-	198 933
	445 874	**109 687**	**(139 189)**	**-**	**416 372**

A provisão de 192.289 Euros e 217.439 Euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respetivamente, visa fazer face a encargos futuros decorrentes de ações judiciais em curso de índole laboral.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a provisão de 198.933 Euros é relativa a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005.

Conforme mencionado na Nota 5, a Companhia registou imparidade nos títulos de dívida pública grega com base no respetivo justo valor em 2 de outubro de 2011. Em face da informação que foi tornada pública até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 1), a Companhia registou uma provisão no montante de 309.731 Euros para fazer face a potenciais acréscimos de imparidade nestes títulos.

13. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2011				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Proteção Jurídica	561	4 293 872	4 294 433	-	4 294 433
Assistência	3 586	31 566 620	31 570 206	(4 000)	31 566 206
	4 147	**35 860 492**	**35 864 639**	**(4 000)**	**35 860 639**
Variação da provisão para prémios não adquiridos					
Proteção Jurídica	(290)	620 645	620 355	-	620 355
Assistência	(158)	1 861 089	1 860 931	-	1 860 931
	(448)	**2 481 734**	**2 481 286**	**-**	**2 481 286**
Prémios adquiridos no exercício					
Proteção Jurídica	271	4 914 517	4 914 788	-	4 914 788
Assistência	3 428	33 427 709	33 431 137	(4 000)	33 427 137
	3 699	**38 342 226**	**38 345 925**	**(4 000)**	**38 341 925**

(Valores em Euros)

	2010				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Diversos Proteção Jurídica	(300)	5 655 533	5 655 233	-	5 655 233
Diversos Assistência	171 150	40 626 233	40 797 383	-	40 797 383
	170 850	**46 281 766**	**46 452 616**	**-**	**46 452 616**
Variação da provisão para prémios não adquiridos					
Diversos Proteção Jurídica	275	(63 465)	(63 190)	-	(63 190)
Diversos Assistência	782	25 071	25 853	-	25 853
	1 057	**(38 394)**	**(37 337)**	**-**	**(37 337)**
Prémios adquiridos no exercício					
Diversos Proteção Jurídica	(25)	5 592 068	5 592 043	-	5 592 043
Diversos Assistência	171 932	40 651 304	40 823 236	-	40 823 236
	171 907	**46 243 372**	**46 415 279**	**-**	**46 415 279**

Nos exercícios de 2011 e 2010, alguns valores por ramos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2011			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	561	271	1 766	860
Assistência	3 586	3 428	8 121	6 019
Total	**4 147**	**3 699**	**9 887**	**6 879**
Resseguro Aceite	35 860 492	38 342 226	28 878 746	661 853
Total Geral	**35 864 639**	**38 345 925**	**28 888 633**	**668 732**

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2010			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	(300)	(25)	(870)	(50)
Assistência	171 150	171 932	177 327	13 662
Total	**170 850**	**171 907**	**176 457**	**13 612**
Resseguro Aceite	46 281 766	46 243 372	38 071 390	738 158
Total Geral	**46 452 616**	**46 415 279**	**38 247 847**	**751 770**

14. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos encontram-se descritas na Nota 3. Nos exercícios de 2011 e 2010, a composição destas rubricas da conta de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2011					2010				
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total
Rendimentos										
De juros de ativos financeiros										
não valorizados ao justo valor										
por via de ganhos e perdas										
Ativos financeiros disponíveis para venda										
Investimentos em empresas do grupo	-	46 129	-	-	46 129	-	47 178	-	-	47 178
Instrumentos de capital										
e unidades de participação										
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos de dívida										
Obrigações de emissores públicos	414 270	-	-	-	414 270	334 972	-	-	-	334 972
Obrigações de outros emissores	815 424	-	-	-	815 424	467 559	-	-	-	467 559
	1 229 694	**-**	**-**	**-**	**1 229 694**	**802 531**	**-**	**-**	**-**	**802 531**
Partes de capital em filiais (Nota 7)	-	28 610	-	-	28 610	-	690 000	-	-	690 000
	-	**28 610**	**-**	**-**	**28 610**	**-**	**690 000**	**-**	**-**	**690 000**
Empréstimos concedidos										
e contas a receber	21 787	-	-	-	21 787	180 406	-	-	-	180 406
Investimentos a deter										
até à maturidade	16 509	-	-	-	16 509	-	-	-	-	-
Depósitos à ordem										
em instituições de crédito	90 733	-	-	-	90 733	34 021	-	-	-	34 021
	129 029	**-**	**-**	**-**	**129 029**	**214 427**	**-**	**-**	**-**	**214 427**
	1 358 723	**74 739**	**-**	**-**	**1 433 462**	**1 016 958**	**737 178**	**-**	**-**	**1 754 136**
Outros										
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	-	21 588	-	21 588	-	-	43 176	-	43 176
Ativos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial										
ao justo valor através										
de ganhos e perdas	4 979	-	-	-	4 979	2 474	-	-	-	2 474
	4 979	**-**	**21 588**	**-**	**26 567**	**2 474**	**-**	**43 176**	**-**	**45 650**
	1 363 702	**74 739**	**21 588**	**-**	**1 460 029**	**1 019 432**	**737 178**	**43 176**	**-**	**1 799 786**

15. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2011 e de 2010, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2011			2010		
	Não vida	Não afeto	Total	Não vida	Não afeto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo						
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades						
de participação						
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	4	-	4	85	-	85
Obrigações - outros emissores	4 698	-	4 698	14 394	-	14 394
	4 702	**-**	**4 702**	**14 479**	**-**	**14 479**
	4 702	**-**	**4 702**	**14 479**	**-**	**14 479**
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em outras participadas						
Títulos de dívida e outros empréstimos	(187)	-	(187)	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades						
de participação						
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	(25 253)	-	(25 253)	(72)	-	(72)
Obrigações - outros emissores	(103 564)	-	(103 564)	(3 107)	-	(3 107)
	(128 817)	**-**	**(128 817)**	**(3 179)**	**-**	**(3 179)**
	(129 004)	**-**	**(129 004)**	**(3 179)**	**-**	**(3 179)**

16. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2011 e de 2010, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2011 Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo			
valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	40 533	(51 334)	(10 801)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)			
de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	110 263	(106 214)	4 049
Terrenos e edifícios	-	(110 000)	(110 000)
	150 796	**(267 548)**	**(116 752)**

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2010 Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo			
valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	4 429	78 543	82 972
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)			
de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	11 552	(89 601)	(78 049)
	15 981	**(11 058)**	**4 923**

17. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2011 e 2010, não se registaram ganhos e perdas resultantes de diferenças cambiais.

18. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Custos com o pessoal (Nota 19)	**3 240 188**	**3 576 704**
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	661 194	830 086
Comunicações	277 672	350 480
Rendas e alugueres	246 796	255 155
Custos com trabalho independente	50 345	49 193
Licenças de software	122 284	61 000
Limpeza e higiene	31 207	32 758
Impressos e material de escritório	13 165	19 037
Publicidade e propaganda	4 413	6 187
Deslocações e estadas	16 355	10 644
Outros	129 818	116 102
	1 553 249	**1 730 642**
Custos de seguro direto	122	5 337
Impostos e taxas	4 224	4 121
Amortizações do exercício:		
Ativos intangíveis (Nota 11)	14 029	13 190
Ativos tangíveis (Nota 9)	72 843	94 377
Dotação líquida de provisões (Nota 12)	284 581	(29 502)
Comissões por serviços bancários e juros suportados	25 411	19 995
	401 088	**102 181**
	5 194 647	**5 414 864**

Em 31 de dezembro de 2011, os saldos mais relevantes que compõem a rubrica "Outros" respeitam às quotizações para a APS, combustíveis, consumíveis e prémios de seguro do parque automóvel, nos montantes de 11.848 Euros, 9.055 Euros, 8.284 Euros e 4.104 Euros, respetivamente.

Na conta de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 187 302)	(4 646 168)
Custos administrativos	(507 272)	(556 994)
Custos de aquisição	(161 695)	(188 064)
Custos de gestão dos investimentos	(338 378)	(23 638)
	(5 194 647)	**(5 414 864)**

19. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia teve, em média, 127 e 124 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2011	2010
Direção	5	5
Chefias e gerência	2	2
Técnicos informáticos	4	4
Outros técnicos	10	10
Administrativos	106	103
Total	**127**	**124**

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2011 e 2010 é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Remunerações		
- Orgãos Sociais	164 235	158 153
- Pessoal	2 298 608	2 634 963
Encargos sobre Remunerações	572 694	619 624
Benefícios Pós-emprego		
Planos de benefícios definidos (Nota 23)	1 416	10 486
Benefícios de cessação de emprego	3 517	3 418
Seguros obrigatórios	39 812	39 342
Gastos de ação pessoal	58 597	74 137
Outros gastos com pessoal	101 309	36 581
Total custos com Pessoal	**3 240 188**	**3 576 704**

O custo do reembolso de salários e encargos sociais inerentes à cedência ocasional à Companhia de colaboradores de empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2011 e 2010 é de 136.953 Euros e 156.377 Euros de Órgãos Sociais e 20.016 Euros e 404.469 Euros de pessoal, respetivamente, e encontra-se distribuído pelas diversas rubricas de gastos com pessoal consoante a respetiva natureza (Nota 25).

O custo com benefícios pós-emprego (plano de benefícios definidos) diz respeito aos encargos com responsabilidades de pré-reforma (Nota 20) e a débitos efetuados por entidades do Grupo respeitante a colaboradores cedidos, não existindo responsabilidades por pensões de reforma em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros gastos com pessoal" inclui o saldo de 51.330 Euros relativo à compensação pecuniária extraordinária (Nota 3.1 i)) e o saldo de 22.756 Euros relativo ao prémio de permanência (Nota 3.1 j)), tendo as respetivas responsabilidades sido registadas nessa data na rubrica de "Acréscimos e diferimentos" do passivo (Nota 26).

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2011 e 2010, as remunerações e benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração				Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais			
	Remuneração fixa		Remuneração variável		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Conselho de Administração										
Presidente										
Dr. Francisco Xavier da Conceição Cordeiro										
Vogais										
Dr. Fernando Augusto Ferreira Santos	147 825	133 154			2 349	2 376	1 354	1 370	1 212	1 215
Drª. Ana Rita Martins Sambado de Macedo										
Conselho Fiscal										
Presidente										
Dr. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	8 911	10 283								
Vogais										
Dr. João Filipe Gonçalves Pinto	7 027									
Dr. Luis Máximo dos Santos	7 027	7 931								

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC S.A., revisor oficial de contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ascenderam a 26.961 Euros pelos serviços prestados de revisão oficial de contas e 11.833 Euros por outros serviços de garantia de fiabilidade prestados.

20. Obrigações com Benefícios dos Empregados

Em 2008 e 2007, a Companhia celebrou com dois colaboradores, acordos de pré-reforma, os quais concedem o direito a uma prestação até à idade de reforma. As responsabilidades futuras com estes acordos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascendem a 12.001 Euros e a 32.476 Euros, respetivamente, tendo sido apuradas com base nos seguintes pressupostos:

	2011	2010
Método Atuarial	**Projected Unit Credit**	
Pressupostos demográficos:		
Tábua de mortalidade	TV 73/77 (-1)	
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	5,55%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%	1,5%

O valor de referência para a taxa de desconto é estimado tendo em consideração as características etárias da população. Para o efeito, são utilizadas as taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada à das responsabilidades a financiar.

Em 31 de dezembro de 2011, existia apenas um colaborador abrangido por acordo de pré-reforma, com idade de 64 anos a essa data. Face à duração previsível das responsabilidades da Companhia, o Conselho de Administração decidiu utilizar a taxa de desconto de 5,55%.

O movimento ocorrido na rubrica "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" durante os exercícios de 2010 e 2011 resume-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Saldo em 31 de dezembro de 2009	104 096
Custo do exercício	3 631
Pagamentos em 2010	(75 251)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	32 476
Custo do exercício	969
Pagamentos em 2011	(21 444)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12 001

Os encargos com estes acordos refletidos na conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Acordos de pré-reforma		
Custo dos juros	1 142	3 656
Ganhos / (perdas) atuariais	(173)	(25)
	969	**3 631**

21. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as rubricas de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2 045 772)	(1 766 720)
Contribuições para a Segurança Social	(48 542)	(40 838)
Retenções de imposto na fonte	(25 934)	(25 295)
Outros impostos e taxas	(13)	(6 232)
Retenção de impostos sobre rendimentos prediais	(2 954)	(2 946)
	(2 123 215)	**(1 842 031)**
Ativos por impostos diferidos		
Por desvalorização de ativos disponíveis para venda	279 358	224 376
Perdas por imparidade	267 740	41 736
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	46 294	9 284
Por provisões para riscos e encargos não aceites fiscalmente	153 596	61 323
Por outras desvalorizações através de resultados	4 203	8 405
	751 191	**345 124**
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de ativos disponíveis para venda	(17 133)	(16 458)
Por outras revalorizações de títulos por resultados	(6 634)	(13 268)
	(23 767)	**(29 726)**
	727 424	**315 398**

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2011			
	Saldo em 31-12-2010	Variação		Saldo em 31-12-2011
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponiveis para venda	203 055	54 307	2 432	259 794
Imparidade em títulos de dívida	41 736	-	226 004	267 740
Reavaliação de imóveis de rendimento	9 284	-	37 010	46 294
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	61 323	-	92 273	153 596
	315 398	**54 307**	**357 719**	**727 424**

(Valores em Euros)

	2010			
	Saldo em 31-12-2009	Variação		Saldo em 31-12-2010
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	131 273	69 350	2 432	203 055
Imparidade em títulos de dívida	44 718	-	(2 982)	41 736
Reavaliação de imóveis de rendimento	10 860	-	(1 576)	9 284
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	80 303	-	(18 980)	61 323
	267 154	**69 350**	**(21 106)**	**315 398**

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Imposto corrente		
Imposto	1 802 209	1 560 692
Tributação autónoma	5 210	6 317
Derrama	108 132	93 642
Derrama Estadual	130 221	106 069
	2 045 772	**1 766 720**
Excesso de estimativa de IRC	-	-
	2 045 772	**1 766 720**
Impostos diferidos:		
Valorização e reavaliação de ativos disponíveis para venda	(226 004)	2 982
Valorização de imóveis de rendimento	(37 010)	1 576
Provisões para outros riscos e encargos	(92 273)	18 980
Outros	(2 432)	(2 432)
	(357 719)	**21 106**
Total de impostos em resultados	**1 688 053**	**1 787 826**
Resultado antes de impostos	6 197 374	7 093 499
Carga fiscal	27,24%	25,20%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		6 197 374		7 093 499
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,19%	1 747 238	28,30%	2 007 115
Dividendos	-0,12%	(7 582)	-2,58%	(182 850)
Benefícios fiscais	-0,52%	(32 222)	-0,41%	(28 978)
Excesso/Insuficiência de estimativa	0,00%	(30)	0,03%	2 300
Tributação autónoma	0,08%	5 210	0,09%	6 317
Outros	-0,40%	(24 561)	-0,23%	(16 078)
Taxa efetiva de imposto	**27,24%**	**1 688 053**	**25,20%**	**1 787 826**

No exercício de 2004, a Companhia passou a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Seguros e Saúde – SGPS, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, seja reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efetuados pela entidade dominante.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. A declaração fiscal do exercício de 2008 foi revista sem correções. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2011 poderão ainda vir a ser revistas e a declaração fiscal do ano de 2008 sujeita a nova revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

22. Capital

Os objetivos de gestão do capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

• Cumprir com os requisitos legais a que a Cares Seguros está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;

• Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

• Sustentar o desenvolvimento das operações que a Cares Seguros está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Cares Seguros efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2010-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2011-R, de 30 de outubro, salientando-se as seguintes obrigações:

• Manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.

• Manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.

• As provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A análise e o cumprimento dos objetivos são garantidos pela administração e direção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital da Companhia é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

23. Outras Rubricas de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as outras rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	(888 898)	(784 597)
	(888 898)	**(784 597)**
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	262 225	207 918
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	2 181 532	1 631 532
- Outras reservas	3 423 496	2 867 823
	5 605 028	**4 499 355**
Resultados transitados	180 428	180 428
Resultado do exercício	4 509 321	5 305 673
	9 668 104	**9 408 777**

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 25 de março de 2011, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2010:

(Valores em Euros)

Reserva legal	550 000
Reservas Livres	555 673
Distribuição de dividendos	4 200 000
	5 305 673

24. Resultados por Ação

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia apresenta um resultado básico por ação de:

(Valores em Euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	4 509 321	5 305 673
Número total de ações (Nota 22)	1 500 000	1 500 000
Resultado por ação (Euros)	3,0062	3,5371

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias, contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. Transação entre Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Cares Seguros, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 2011 e 2010, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam a Companhia	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Portugal
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Portugal
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	Portugal
Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum da Companhia	
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	Portugal
Cares RH – Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Portugal
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	Portugal
Universal Seguros, S.A.	Angola
Garantia – Companhia de Seguros, S.A.R.L.	Cabo Verde

Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Presidente
Fernando Augusto Ferreira Santos	Vogal
Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Vogal
Membros do Conselho Fiscal	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal
Luis Máximo dos Santos	Vogal

Em 2 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral deliberou nomear Luis Filipe Mateus Alves, Vogal do Conselho de Administração da Companhia, em substituição de Fernando Augusto Ferreira Santos, para o triénio de 2011 a 2013.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras da Cares Seguros incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Saldos de balanço		
Ativos disponíveis para venda (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	466 255	1 172 344
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6):		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	429 386	429 386
Universal Seguros, SA	91 877	
Depósitos à ordem (Nota 7):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	7 197 281	9 622 162
Depósitos a prazo:		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	15 098 125
Devedores/Credores por operações de resseguro (Notas 5):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	937 704	1 271 830
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	542 141	612 445
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	794 589	1 010 661
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(128 884)	(102 391)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	88 080	31 786
Devedores por outras operações (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3 173	4 236
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	-	8 570
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	-	2 965
Credores por outras operações (Nota 5):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	-	(14 505)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	(32 195)
Universal Seguros, SA	(56 777)	-
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(1 083)	-
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(29 911)	(7 069)
Provisão para prémios não adquiridos - resseguro aceite (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(9 832 706)	(10 629 801)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(4 838 302)	(5 051 842)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(1 968 580)	(2 069 086)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(358 716)	(327 832)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(7 467)	(6 060)

Os saldos devedores e credores por outras operações dizem respeito aos valores pendentes de faturas de cedência de pessoal e recibos de seguros.

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Saldos da demonstração dos resultados		
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro aceite:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(797 095)	254 066
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(213 540)	(251 299)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(100 506)	(273 856)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	30 884	(15 183)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	1 407	(545)
Participação nos resultados de resseguro aceite:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(1 666 452)	(1 482 404)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(768 278)	(386 744)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(191 420)	(158 190)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(9 102)	(4 927)
Contas relativas a cedência de orgãos sociais (nota 19):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(136 953)	(156 377)
Contas relativas a cedência de pessoal (Nota 19):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	36 957	37 700
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	8 406	106 728
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(19 131)	(571 627)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	-	(906)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	25 277	39 590
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(71 525)	(15 954)
Outras despesas (seguros e rendas):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(288 366)	(268 142)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(4 112)	(5 003)
Locarent - Companhia Portuguesa de aluguer de viaturas, S.A.	(27 271)	(38 074)
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	20 330 725	25 105 118
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	10 890 668	12 494 034
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	3 668 036	3 980 246
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	707 493	651 380
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	149 748	115 577
Rendimentos de Investimentos (juros e dividendos):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	153 738	240 667
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A. (Nota 14)	28 610	690 000

O número de colaboradores cedidos/recebidos das diversas empresas do grupo são os seguintes:

	31-12-2011	31-12-2010
Trabalhadores cedidos a empresas do grupo:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	-	2
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	2	2
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	1	1
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1	1
Trabalhadores recebidos de empresas do grupo:		
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	10
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	1	1
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	3	1

O montante das rendas diz respeito ao arrendamento do edifício da sede da Cares Seguros à Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A..

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

26. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de acréscimos e diferimentos do ativo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Acréscimos de proveitos		
- Juros a receber de depósitos de resseguro aceite	6 269	17 894
Custos diferidos		
- Licenças de software	54 282	26 912
- Seguros	25 558	25 205
- Rendas e alugueres	17 906	17 852
- Outros	11 763	2 185
Total custos diferidos	**109 509**	**72 154**
Total acréscimos e diferimentos ativos	**115 778**	**90 048**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Férias e subsídio de férias (Nota 3. i))	287 313	376 194
Prémios a pagar a colaboradores	74 775	84 000
Outros	113 663	91 650
	475 751	**551 844**

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Outros" inclui o saldo de 51.330 Euros relativo à compensação pecuniária extraordinária (Nota 3.1 i)) e o saldo de 22.756 Euros relativo ao prémio de permanência (Nota 3.1 j)).

4. Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2011

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2011

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS							
E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
CARES RH	5,000			85.88	429,386	85.88	429,386
Sub-Total	**5,000**				**429,386**		**429,386**
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
1.1.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
CGD, 5.125%, 19/02/2014, CORP		500,000	100		498,935	93.25	466,255
sub-total	**0**	**500,000**			**498,935**		**466,255**
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	**5,000**	**500,000**			**928,321**		**895,641**
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89,111.61	89,112	91,877.20	91,877
sub-total	**1**				**89,112**		**91,877**
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	**0**	**0**	**0.00**		**0**		**0**
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total							
1.2.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	**1**	**0**			**89,112**		**91,877**
total	**5,001**	**500,000**			**1,017,433**		**987,518**
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Intrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
2.1.1.2 - Títulos de participação							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LUSIMOVEST, FII	1,624			50.35	81,762	61.33	99,608
SAUDEINVEST (FII)	200			1,000.00	200,000	1,201.17	240,234
sub-total	**1,824**	**0**			**281,762**		**339,842**
2.1.1.4 - Outros							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
sub-total	**1,824**	**0**			**281,762**		**339,842**
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2011

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
PGB, 3.35%, 15/10/2015, GOVT		1,800,000	98		1,760,318	69.20	1,245,686
PGB, 5.45%, 23/09/2013, GOVT		184,000	105		193,525	86.47	159,112
sub-total	**0**	**1,984,000**			**1,953,844**		**1,404,799**
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI, 3%, 17/07/2012, CORP		200,000	100		199,458	96.92	193,846
BCP, 3.625%, 19/01/2012, CORP		900,000	101		905,924	102.32	920,919
BES, 3.75%, 19/01/2012, CORP		700,000	101		705,246	102.41	716,897
BES, FRN, 08/05/2013, CORP		50,000	100		49,973	81.65	40,827
BES, FRN, 19/03/2012, CORP		400,000	98		391,272	98.14	392,559
REN, 6.375%, 10/12/2013, CORP		700,000	90		626,526	88.87	622,060
sub-total	**0**	**2,950,000**			**2,878,398**		**2,887,107**
sub-total	**0**	**4,934,000**			**4,832,242**		**4,291,906**
total	**1,824**	**4,934,000**			**5,114,004**		**4,631,748**
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
2.2.1.4 - Outros							
sub-total							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		676,000	97		658,851	105.64	714,115
BTPS, 4,25%, 01/02/2015, GOVT		485,000	101		492,033	98.27	476,587
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1,615,000	92		1,492,515	132.54	2,140,540
DBR, 4.75%, 04/07/2034, GOVT		300,000	104		312,114	141.35	424,038
FRTR, 3.25%, 25/04/2016, GOVT		242,000	103		248,703	108.04	261,469
FRTR, 4.25%, 25/10/2017, GOVT		1,089,000	100		1,093,980	111.05	1,209,367
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		777,000	96		747,426	109.66	852,082
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		175,000	114		198,916	114.54	200,446
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT		839,000	98		820,782	44.70	368,119
GGB, 4.6%, 20/05/2013, GOVT		753,000	101		758,064	52.83	387,147
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		555,000	105		582,206	116.16	644,699
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		180,000	109		196,025	117.50	211,505
OBL, 4%, 13/04/2012, GOVT		258,000	100		257,165	103.97	268,251
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		308,000	92		282,759	105.99	326,444
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		650,000	97		631,475	100.16	651,061
sub-total	**0**	**8,902,000**			**8,773,014**		**9,135,869**
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEY NATIONAL, 2.5%, 18/03/2013, CORP		100,000	100		99,772	101.75	101,753
ABBEY NATIONAL, 3.625%, 08/09/2016, CORP		200,000	101		202,490	101.30	202,598
ABN AMRO, FRN, 08/06/2015, CORP, CALL)		110,000	100		110,019	72.48	79,727
ABN AMRO, FRN, 15/01/2013, CORP		400,000	100		401,372	100.39	401,550
ALLIANCE & LEICESTER, FRN, 20/06/2012, CORP		110,000	101		110,723	99.06	108,971
ANZ BANK, 4.375%, 24/05/2012, CORP		32,000	99		31,803	103.73	33,194
BANCA INTESA, FRN, 11/04/2013, CORP		100,000	100		100,274	93.47	93,474

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2011

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
BANCA INTESA, FRN, 27/10/2015, CORP		300,000	85		255,933	80.72	242,158
BANIF, FRN, 22/05/2012, CORP		100,000	100		99,861	90.88	90,878
BANK OF AMERICA, FRN, 12/09/2013, CORP		200,000	100		200,339	92.14	184,287
BANKINTER, FRN, 21/06/2012, CORP		100,000	100		99,947	98.46	98,455
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL)		100,000	100		100,265	52.19	52,187
BEI, 2.625%, 15/03/2018, CORP		195,000	102		197,925	102.67	200,201
BFCM, FRN, 10/02/2016, CORP		1,500,000	96		1,445,700	92.58	1,388,754
BFCM, FRN, 24/03/2014, CORP		250,000	96		241,173	95.36	238,392
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		50,000	98		49,002	109.87	54,933
BMW FINANCE, 4%, 17/09/2014, CORP		700,000	103		719,880	106.37	744,594
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		258,000	98		253,116	108.86	280,856
BNP PARIBAS, 4.75%, 28/05/2013, CORP		150,000	104		156,591	106.24	159,354
BPCE, FRN, 29/10/2013, CORP		1,500,000	100		1,501,680	98.39	1,475,850
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)		100,000	100		100,487	81.35	81,354
CAM INTERNATIONAL, FRN, 26/04/2017, CORP, CALL)		50,000	100		49,954	45.85	22,923
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100,000	101		100,517	67.65	67,647
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150,000	100		149,637	84.77	127,160
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200,000	99		197,752	59.52	119,048
CREDIT AGRICOLE, 3.875%, 12/01/2021, CORP		600,000	98		589,188	104.70	628,222
CRSM 9 A2, FRN, 13/11/2047, MTGE		116,243	102		118,186	71.85	83,526
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100,000	99		99,495	114.88	114,876
DIAGEO FINANCE, FRN, 22/05/2012, CORP		300,000	100		299,318	100.22	300,659
DNBK, FRN, 16/01/2014, CORP		1,000,000	99		993,872	98.98	989,755
DNBK, FRN, 30/05/2017, CORP, CALL)		250,000	100		251,139	97.69	244,216
DNBNOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		1,525,000	102		1,556,110	104.63	1,595,577
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		50,000	100		49,863	113.19	56,593
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		500,000	99		497,460	88.70	443,511
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		490,000	99		484,023	88.52	433,729
EFG HELLAS, FRN, 08/06/2017, CORP, CALL)		50,000	100		50,210	36.61	18,306
EFG HELLAS, FRN, 28/03/2012, CORP		50,000	100		49,995	85.69	42,845
ENBW, 5.875%, 28/02/2012, CORP		42,000	101		42,460	105.60	44,352
ENDESA CAPITAL, FRN, 05/07/2012, CORP		400,000	99		396,636	99.07	396,270
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		150,000	100		150,333	103.06	154,584
ENEL, FRN, 14/01/2015, CORP		250,000	100		248,750	90.97	227,413
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		1,150,000	99		1,134,972	90.57	1,041,594
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		700,000	102		716,130	94.54	661,788
ERSTE BANK, FRN, 06/02/2014, CORP		1,500,000	98		1,471,800	96.28	1,444,166
EUROC VII-X A, FRN, 04/04/2023, MTGE		96,660	100		96,739	90.48	87,458
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150,000	96		144,451	90.50	135,756
FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL)		200,000	100		200,370	98.38	196,759
FRANCE TELECOM, 4.625%, 23/01/2012, CORP		25,000	100		24,898	104.49	26,122
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50,000	99		49,597	103.99	51,997
GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP		320,000	100		320,236	103.35	330,710
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		50,000	101		50,307	113.32	56,661
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		400,000	99		394,640	96.55	386,199
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		550,000	99		544,187	91.91	505,494
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 28/07/2014, CORP		200,000	97		194,950	96.17	192,348
GRAN MORTGAGES 2004-3 2A2, FRN, 20/09/2044, MTGE		6,849	105		7,181	95.58	6,546
HARBM 9X B. FRN, 08/05/2023, MTGE		100,000	101		101,441	57.39	57,394
HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP		50,000	99		49,640	103.82	51,909
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50,000	101		50,637	75.52	37,761
HERME 10 A, FRN, 18/09/2039, MTGE		63,226	103		64,860	96.27	60,866
IBERDROLA, 4.875%, 04/03/20014, CORP		400,000	106		422,293	106.10	424,410
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP , CALL)		280,000	99		278,120	91.52	256,268

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2011

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
ING BANK, 5.25%, 06/05/2018, CORP		170,000	114		194,123	117.01	198,922
ING BANK, FRN, 18/03/2016, CORP, CALL)		200,000	100		200,256	82.57	165,140
ING BANK, FRN, 18/06/2012, CORP		400,000	100		401,326	100.17	400,673
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		360,000	97		350,297	87.66	315,559
JOHNSON & JOHSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50,000	99		49,735	116.98	58,492
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		200,000	96		192,052	94.97	189,944
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50,000	100		49,925	5.50	2,750
LINDE FINANCE, 6.75%, 08/12/2015, CORP		1,500,000	115		1,724,280	118.52	1,777,728
LLOYDS, FRN, 25/03/2013, CORP		400,000	100		401,752	98.98	395,924
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100,000	100		100,268	39.69	39,690
MERRIL LYNCH, FRN, 31/01/2014, CORP		150,000	100		149,378	88.45	132,677
MORGAN STANLEY, FRN, 29/11/2013, CORP		240,000	100		239,970	91.83	220,382
NAB, FRN, 07/04/2014, CORP		250,000	98		246,073	98.78	246,957
NAB, FRN, 22/10/2013, CORP		350,000	100		350,033	99.86	349,522
NAB, FRN, 23/01/2012, CORP		400,000	99		396,152	100.35	401,405
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		250,000	99		246,277	84.88	212,200
NATL GRID, 4.125%, 21/03/2013, CORP		78,000	98		76,465	106.15	82,793
NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP		150,000	100		150,064	100.41	150,614
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	100		100,126	79.81	79,814
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	99		99,392	76.47	76,471
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		50,000	99		49,333	110.22	55,110
RABOBANK, FRN, 19/05/2014, CORP		250,000	100		249,675	99.68	249,210
RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP		150,000	100		149,743	103.48	155,225
REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CORP		150,000	100		149,969	100.20	150,295
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200,000	101		201,506	30.13	60,261
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CALL)		50,000	100		50,055	71.19	35,595
SANTANDER INTL DEBT, FRN, 30/01/2012, CORP		50,000	100		49,990	100.17	50,084
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200,000	98		196,366	75.78	151,552
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		50,000	98		49,204	115.79	57,894
SHIELD 1B, FRN, 20/01/2014, MTGE		200,000	101		201,392	100.25	200,500
SKANDINAV ENSKIL, 4%, 31/03/2014, CORP		150,000	104		155,669	108.16	162,233
SKANDINAV ENSKIL, FRN, 28/09/2017, CORP, CALL)		70,000	100		70,052	96.10	67,268
ST GOBAIN, FRN, 11/04/2012, CORP		100,000	100		100,009	100.36	100,357
SVENSKA HANDELSBANKEN, FRN, 19/10/2017, CORP, CALL)		200,000	101		201,590	97.02	194,049
TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP		118,000	101		119,255	105.75	124,790
TELECOM ITALIA, FRN, 06/12/2012, CORP, CALL)		200,000	100		200,000	96.20	192,400
TELEFONICA, 5.125%, 14/02/2013, CORP		124,000	100		124,009	106.50	132,061
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		250,000	102		255,350	94.36	235,902
TELIASONERA, FRN, 07/03/2013, CORP		500,000	100		499,675	100.19	500,946
TOTAL CAPITAL, 4.875%, 28/01/2019, CORP		600,000	108		649,440	118.76	712,548
UBS AG JERSEY, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL)		233,000	99		229,844	90.21	210,188
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 16/10/2013, CORP		423,052	90		382,665	77.14	326,323
VERBUND, 4.75%, 17/04/2015, CORP		1,400,000	106		1,477,784	110.61	1,548,475
VIVENDI UNIVERSAL, 3.875%, 15/02/2012,CORP		65,000	99		64,066	103.62	67,355
VODAFONE GROUP, FRN, 05/09/2013, CORP		900,000	100		902,085	100.22	901,964
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		400,000	98		393,000	99.32	397,273
VODAFONE GROUP, FRN, 13/01/2012, CORP		200,000	100		199,320	100.45	200,901
VOLKSWAGEN, FRN, 10/04/2012, CORP		320,000	100		319,801	100.56	321,794
WESTPAC, FRN, 29/10/2013, CORP		1,500,000	100		1,504,080	100.09	1,501,300
sub-total	**0**	**33,871,030**			**34,083,571**		**32,998,450**
sub-total		**42,773,030**			**42,856,586**		**42,134,319**
total	**0**	**42,773,030**			**42,856,586**		**42,134,319**
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total	**0**	**0**			**0**		**0**
3 - TOTAL GERAL	**6,825**	**48,207,030**			**48,988,022**		**47,753,585**

5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2011

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pela Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas convenientes,

Obtivemos do Conselho de Administração regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da empresa e andamento dos negócios sociais.

Apreciámos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos, bem como a certificação legal de contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com que concordamos.

Considerando quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que a Assembleia-Geral aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;

- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão;

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas toda a colaboração prestada.

Lisboa, 14 de Março de 2012.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 14 de Março de 2012.

O CONSELHO FISCAL

(Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente)

(João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal)

(Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal)

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 59.232.209 Euros e capital próprio de 17.170.870 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.509.321 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As análises actuariais disponíveis nesta data apontam para a existência de um excesso da provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2011 que poderá ascender a aproximadamente 8.300.000 Euros (10.500.000 Euros aproximadamente, em 31 de Dezembro de 2010). Consequentemente, o passivo e o resultado do exercício encontram-se sobreavaliados em 8.300.000 Euros e 2.200.000 Euros, respectivamente, e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 10.500.000 Euros. Estes montantes não reflectem o efeito que a correcção desta situação teria ao nível da participação nos resultados no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados pela Companhia, nem os correspondentes efeitos fiscais.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cares – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2011 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de Março de 2012

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

6. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a Companhia se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007.

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Cumprimento, respeito e divulgação da missão, objetivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	Elaboração de planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	Reporte de informação anual, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade;	Cumprido.	1.2.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal;	Cumprido.	2.3.3.
	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido.	3. e 4.
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código ético que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido.	2.1.1.
Estruturas de Administração e Fiscalização	Número de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo setor;	Cumprido.	5.1. e 5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização;	Cumprido.	5.4.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	5.3.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	5.4.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	5.2.

(continuação)

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6.
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, Instituições financeiras ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.5.
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido.	7.1.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo);	Cumprido.	7.2. e 7.3.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Cumprido.	7.4.

(1) Grau de cumprimento: cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Companhia tem como Missão consolidar a sua posição no setor segurador, através quer da oferta de produtos e da prestação de serviços de qualidade, quer do contributo para a criação de valor em conjunto com todas as entidades que se relacionam com a empresa.

1.2. Principais Objetivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objetivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à atuação da empresa: criação de valor para o Acionista; melhoria da oferta e da qualidade de serviço aos Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

A Companhia desenvolve anualmente um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do plano de atividade e orçamento aprovados, é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Atuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de dezembro, com a redação atualmente em vigor.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da atividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspetos mais relevantes do respetivo funcionamento e do exercício da atividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis, quer as relativas à empresa quer as relativas aos respetivos produtos.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua atividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respetivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

2.2.3. Normas de concorrência e de proteção do consumidor

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de proteção do consumidor.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só na aplicação das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

• A humanização das relações e das condições de trabalho;
• A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
• O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
• A adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efetivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da Pessoa, enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

• Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
• Mobilidade interna;
• Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Ver Nota 25 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

4. Outras Transações

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

• Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
• Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
• Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
• Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transações que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transações fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual

Não existem na Companhia fornecedores nestas condições.

5. Modelo de Governo

O modelo de governo da Companhia que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Companhia, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal;
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral tinha em 31 de dezembro de 2011 a seguinte composição:

Presidente: José Filipe de Sousa Meira
Secretário: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A Assembleia Geral, cujo mandato em curso, a 31 de dezembro de 2011, correspondia ao período 2008-2010 delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Companhia.

5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso, em 31 de dezembro de 2011, correspondia ao período 2008-2010 tinha a seguinte composição:

Presidente: "CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A.", que nomeou para exercer o cargo em nome próprio Francisco Xavier da Conceição Cordeiro.
Vogais: Fernando Augusto Ferreira Santos
Ana Rita Martins Sambado de Macedo

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Companhia.

5.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso, a 31 de dezembro de 2011, correspondia ao período 2008-2010.

5.3.1. Conselho Fiscal

Em 31 de dezembro de 2011, o Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto
Luis Máximo dos Santos
Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.3.2. Sociedade de Revisores Oficias de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

5.4. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e o responsável pela Área de Contabilidade, Financeira e Administrativa.

5.5. Sistema de Controlo

A Companhia assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à atividade, a Companhia definiu políticas específicas de gestão de risco e controlo interno.

A Gestão de Risco é objeto de um capítulo autónomo do Relatório e Contas de que este relatório sobre o bom governo da sociedade constitui anexo.

5.6. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas na sua atividade.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada, então, por José Filipe de Sousa Meira e Salomão Jorge Barbosa Ribeiro submeteu à Assembleia Geral de 25 de março de 2011, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, quando o exercício de funções seja remunerado, é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração, quando exista, tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do setor de atividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.

- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

- A partir de 1 de janeiro de 2011 entrou em vigor uma nova redução remuneratória, por força do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

- A remuneração variável dos administradores da Companhia com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.

- Todavia, tendo em consideração o Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março, e bem assim o estabelecido no artigo 29º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, durante o ano de 2011, à semelhança do que já se verificou em 2010, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas, quando existam, não têm qualquer remuneração variável, podendo ter, se assim for definido, uma remuneração fixa.

- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, paga catorze vezes por ano, limitada a um máximo de 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra-definida foi a aplicada no exercício de 2011.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Anexo ao presente relatório.

Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização, procurando-se para cada função estabelecer princípios que conduzam a uma prática de equidade interna.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respetivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes fatores: o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Avaliação de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências, comportamentais e específicas da função e a dos objetivos quantitativos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril do ISP, a componente associada às competências têm maior peso que a componente associada aos objetivos quantitativos.

Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração.

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rendibilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respectiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
	IV2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março.
V. Remuneração dos colaboradores Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Não aplicável	A função atuarial e o atuário responsável não são remunerados pela Cares Seguros.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transacionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2011 da Companhia, visa dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

7.3. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No atual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, não só porque integra o grupo Caixa Geral de Depósitos, mas também porque está integrada na Caixa Seguros e Saúde, cujas participadas detêm, em conjunto, a liderança no mercado segurador e uma presença relevante na área da prestação de cuidados de saúde, inclusive por via de parcerias público privadas.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2011, os fatores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalisador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu acionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspetos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de ações concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

7.4. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspetiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

8. Anexo

8.1. Mesa da Assembleia Geral

(Valores em Euros)

Mandato	Presidente José Filipe de Sousa Meira	Secretário Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
2011	0	0

8.2. Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal + SROC

(Valores em Euros)

Conselho Fiscal	2010			2011		
	Presidente Vasco Ferreira Dias	Vogal João Gonçalves Pinto	Vogal Luis Máximo dos Santos	Presidente Vasco Ferreira Dias	Vogal João Gonçalves Pinto	Vogal Luis Máximo dos Santos
Remuneração anual fixa (€)	8 911	7 027	7 027	11 200	0	8 400
Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	N/A	N/A	N/A	-917	0	-469
Remuneração anual efetiva (€)	8 911	7 027	7 027	10 283	0	7 931

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A.	2010	2011**
Remuneração anual auferida	0	0

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011) SIM __ Não__ N/A

8.3. Conselho de Administração

Remunerações 2011 – Mandato 1

(Valores em Euros)

	Francisco Esteves de Carvalho Presidente	Fernando Ferreira Santos Vogal	Rita Sambado Macedo Vogal
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	0	148 609	0
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	0	-660	0
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	0	-14 795	0
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	0	133 154	0
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	0	Ilimitado	0
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	0	1 288	0
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	0	2 376	0
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	0	32 671	0
3.2. Seguros de saúde (€)	0	1 370	0
3.3. Seguros de vida (€)	0	1 199	0
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	16	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	4 110	0
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca	-	Mercedes	-
4.2. Modelo	-	C 250 CDI	-
4.3. Matrícula	-	-	-
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	-	Renting	-
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	-	48 856	-
4.6. Ano Inicio	-	2010	-
4.7. Ano Termo	-	2014	-
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	-	48	-
4.9. Valor Residual (€)	-	28 640	-
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	-	6 384	-
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	-	2 183	-
4.12. Plafond anual Combustivel atribuído (€)	-	1 200 L	-
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	-	0	-
5. Informações Adicionais			
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	n	na
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)	na	na	na
5.3. Regime de Proteção social	na	na	na
5.3.1. Segurança social (s/n)	na	s	na
5.3.2. Outro (indicar)	na	na	na
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n	n	n
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na

Remunerações 2011 – Mandato 2

(Valores em Euros)

	Francisco Xavier Cordeiro Presidente	Fernando Ferreira Santos (*) Vogal	Rita Sambado Macedo Vogal
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	0	0	0
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	0	0	0
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	0	0	0
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	0	0	0
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	0	0	0
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	0	0	0
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	0	0	0
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	0	0	0
3.2. Seguros de saúde (€)	0	0	0
3.3. Seguros de vida (€)	0	0	0
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca	-	-	-
4.2. Modelo	-	-	-
4.3. Matrícula	-	-	-
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	-	-	-
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	-	-	-
4.6. Ano Inicio	-	-	-
4.7. Ano Termo	-	-	-
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	-	-	-
4.9. Valor Residual (€)	-	-	-
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	-	-	-
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	-	-	-
4.12. Plafond anual Combustivel atribuído (€)	-	-	-
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	-	-	-
5. Informações Adicionais			
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	na	na	na
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)	na	na	na
5.3. Regime de Proteção social	na	na	na
5.3.1. Segurança social (s/n)	na	na	na
5.3.2. Outro (indicar)	na	na	na
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n	n	n
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	na	na	na

(*) Remunerações incluídas no quadro mandato 1

8.4. Auditor Externo

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A.	2010	2011**
Remuneração anual auferida (€)	26 961	26 961

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM _ Não X

Valores negociados ao nível do grupo. Em 2011, não foram alterados os valores pagos ao Auditor Externo, dado que os serviços prestados se enquadraram no âmbito de um contrato que se encontrava em curso. Este contrato não foi objeto de qualquer renegociação, atendendo a que 2011 constituiu um ano de transição de mandatos do Conselho de Administração da CGD e de alteração do modelo de governação que implicou a substituição do Conselho Fiscal, a quem se encontrava atribuído o relacionamento com o Auditor Externo, pela Comissão de Auditoria.

Já em 2012, o contrato estabelecido com o Auditor Externo foi renovado pelo período necessário à conclusão dos serviços relacionados com a auditoria às contas do exercício de 2011, tendo sido acordada a manutenção dos valores previstos no contrato anterior, em virtude de os mesmos se encontrarem abaixo dos praticados pelas demais congéneres, de acordo com o que foi possível apurar.

7. Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais

1. Cumprimento das Orientações Legais

1.1. Cumprimento das Orientações Legais Relativas aos Objetivos de Gestão

Não foram fixados para a Companhia, orientações nem objetivos de gestão para o exercício de 2011, nos termos previstos no artº 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

1.2. Cumprimento das Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2010, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

1.3. Cumprimento das Orientações Relativas às Remunerações

1.3.1. Orgãos Sociais

A Companhia cumpriu com o determinado no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março, e bem assim o estabelecido no artigo 29º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, sendo que, durante o ano de 2011, à semelhança do que já se verificou em 2010, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

A Companhia cumpriu, integralmente, o previsto no Artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, tendo as remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, sido reduzidas em 5%.

Neste âmbito, é de salientar que, desde janeiro de 2011, a Companhia aplicou, também, aos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, a redução de 10% sobre as remunerações mensais ilíquidas, no cumprimento da alínea c) do nº 1 e da alínea q) do nº 9, do Artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

1.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo

Não foi aplicada em 2011 à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo a redução a que se refere o artigo 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

1.3.3. Colaboradores

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011) a Companhia efetuou as reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças para as empresas que integram o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

1.4. Cumprimento das Orientações Relativas às Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Companhia, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

1.5. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A Companhia, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços.

1.6. Cumprimento das Orientações Relativas ao Plano de Redução de Custos Definido para 2011

A CGD submeteu o seu Plano de Redução dos Outros Gastos Administrativos, abrangendo a Companhia, através das suas cartas 19/11-SGE de 26/01/2011 e 79/11-SGE de 26/05/2011, endereçadas ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o qual respeita a metodologia e os princípios acordados previamente.

1.7. Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento S	N	N.A.	Quantificação	Justificação
Objetivos de Gestão:					
Ramo Proteção Jurídica - Percentagem de acordos extrajudiciais superior a 35% no total de processos encerrados	X			108,57%	Foi atingido 38,0% de acordos extrajudiciais
Ramo Assistência - Garantir mensalmente que 85% das participações dão origem a abertura de processo em menos de 5 minutos	X			110,35%	93,8% dos processos foram abertos em menos de 5 minutos
Garantir que os Clientes que solicitaram assistência tenham um Grau de Satisfação ≥ 80% (Grau de Satisfação = Bom ou Muito Bom)	X			112,63%	90,1% dos Clientes consideraram o serviço prestado Bom ou Muito Bom
Deveres Especiais de Informação			X	Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			X	Não aplicável	
Recomendação 2			X	Não aplicável	
Etc.			X	Não aplicável	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X			Não aplicável	Não foram pagos prémios de gestão
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			16 181,00	Foram aplicados os cortes previstos na Lei 55-A/2010
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			660,00	Foram aplicados os cortes previstos na Lei 12-A/2010
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010		X			Os honorários são contratualizados a nível do Grupo CGD (**)
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010 (*)	X			10 717,71	Na sequência da entrada em vigor da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011) o Grupo CGD, no qual a CARES se insere, efetuou as devidas reduções remuneratórias, com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial que foram devidamente autorizadas pelo SETF.
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X	Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	Não aplicável	
Plano de Redução de Custos					Os valores indicados correspondem às reduções verificadas em 2011 face a 2009 nas contas da Cares. No entanto, para cumprimento da Lei 55-A/2010, foi autorizado um plano de redução de custos para as contas consolidadas da Caixa Seguros e Saúde, que consistiu numa meta de Redução de FSE's de 13,8% face a 2009 (numa base de comparação de custos elegíveis), e numa meta de redução de 5,5% face a 2010 dos custos com o pessoal. Ambos os objetivos foram cumpridos.
Gastos com pessoal	X			1,92%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-18,08%	

(*) Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011) o Grupo CGD, no qual a CARES - Companhia de Seguros, S.A. se insere, efetuou as devidas reduções remuneratórias, com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial que foram devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças".

(**) Em 2011, não foram alterados os valores pagos ao Auditor Externo, dado que os serviços prestados se enquadraram no âmbito de um contrato que se encontrava em curso. Este contrato não foi objeto de qualquer renegociação, atendendo a que 2011 constituiu um ano de transição de mandatos do Conselho de Administração da CGD e de alteração do modelo de governação que implicou a substituição do Conselho Fiscal, a quem se encontrava atribuído o relacionamento com o Auditor Externo, pela Comissão de Auditoria.

Já em 2012, o contrato estabelecido com o Auditor Externo foi renovado pelo período necessário à conclusão dos serviços relacionados com a auditoria às contas do exercício de 2011, tendo sido acordada a manutenção dos valores previstos no contrato anterior, em virtude de os mesmos se encontrarem abaixo dos praticados pelas demais congéneres, de acordo com o que foi possível apurar

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**